

PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO: REGISTO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme exigências e demais especificações contidas no Edital e seus anexos.

CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Será garantido o direito de participação e protocolados os envelopes de todos os participantes que se apresentarem até às **09h00** do dia **12/09/2023**, para início e abertura às **09h30min**, ambos na sede do **CIOESTE**, localizado à Av. Andrômeda, 2.000, Bloco 06, Nível 06 – Alphaville – Barueri/SP.

EDITAL COMPLETO GRATUITO: A partir do dia **25/08/2023**, no mesmo endereço de abertura, das 9h às 16h dos dias úteis, mediante a entrega de PEN DRIVE/CD/DVD, ou solicitação por meio do e-mail: licitacao@cioeste.sp.gov.br ou no site: www.cioeste.sp.gov.br.

Informações: (11) 2424-8170 - Diretoria Administrativa e Financeira

Visando a comunicação futura entre **CIOESTE** e as licitantes, solicitamos o preenchimento do Termo de Recebimento de Edital¹(ANEXO I) e a retransmissão do mesmo, para o Pregoeiro, para o e-mail: licitacao@cioeste.sp.gov.br.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE, pessoa jurídica de direito público, constituído como associação pública de natureza autárquica, inscrito no **CNPJ nº 20.301.484/0001-16**, com sede no Município de Barueri, SP, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **JOSUÉ RAMOS** (Prefeito Municipal de VARGEM GRANDE PAULISTA), **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, que estará realizando **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo por finalidade REGISTRAR PREÇOS visando eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL**, conforme descrito no ANEXO VII - Termo de Referência deste Edital, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições a seguir estabelecidas. **O regime de execução será o de menor PREÇO POR LOTE.**

1. BASE NORMATIVA E O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta licitação se faz nos termos do que permite o art. 112 e §§ da Lei 8.666/93 e se destina em atender os **MUNICÍPIOS MEMBROS PARTICIPANTES** de ARAÇARIGUAMA, BARUERI, CAJAMAR, CARAPICUÍBA, COTIA, ITAPEVI, JANDIRA, OSASCO, PIRAPORA DO BOM JESUS, SANTANA DE PARNAÍBA, SÃO ROQUE e VARGEM GRANDE PAULISTA, bem como eventuais adesões.

¹ Deixar de encaminhar o referido termo não trará qualquer prejuízo ao interessado, porém, a não remessa deste, exime o **CIOESTE** da responsabilidade de eventual comunicação, por meio de fax ou e-mail, de possíveis esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação, exceto os casos cuja publicação na imprensa seja determinação de ordem legal.

- 1.1. A modalidade de Pregão e o Sistema de Registros de Preços, foram regulamentados Instruções Normativas CIOESTE n.ºs 002/2016 e 004/2016 respectivamente.
- 1.2. O presente certame **NÃO POSSUI COTA** ou **LOTE EXCLUSIVO DO OBJETO LICITADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS**, tendo em vista que o parcelamento do objeto se mostra inviável tecnicamente e economicamente.
- 1.3. O processamento do Pregão será realizado na sede do **CIOESTE**, localizada na Av. Andrômeda, 2.000, Bloco 06, Nível 06 – Alphaville – Barueri/SP, do dia **12/09/2023** às **09h00**, para abertura às **09h30min**, e será conduzido por Pregoeiro com auxílio das Equipes de Apoio e de Acompanhamento Técnico.
- 1.4. A proposta deverá obedecer às especificações e exigências deste Edital e dos Anexos que dele fazem parte integrante.
- 1.5. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 1.6. Para fins deste Edital e de seus Anexos, os **MUNICÍPIOS MEMBROS PARTICIPANTES** deste certame e relacionados acima, serão identificados como **MUNICÍPIO(S)**.
- 1.7. A existência de preços registrados não impede que os **MUNICÍPIOS**, sempre que julgarem conveniente e oportuno, de efetuar contratações por meio de procedimento licitatório específico, ou diretamente, respeitada a legislação vigente.
- 1.8. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, o interessado será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de entrega, nas condições preestabelecidas.
- 1.9. As contratações com os fornecedores registrados serão formalizadas por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, ordem de fornecimento, ou outro instrumento similar, conforme Instrução Normativa CIOESTE nº 004/2016, respeitando-se os regulamentos específicos de cada **MUNICÍPIO**.
- 1.10. Os extratos das Atas de Registro de Preços e o(s) eventual(is) contrato(s) será(ão) obrigatoriamente publicado(s) na Imprensa Oficial.

2. OBJETO E VALOR

- 2.1. Esta licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL**, conforme especificações constantes do ANEXO VII - Termo de Referência.
- 2.2. Estimativa realizada na fase inicial, sinalizou valor global médio de **R\$ 59.707.041,03 (cinquenta e nove milhões, setecentos e sete mil, quarenta e um reais e três centavos)**, sendo os preços médios constantes do ANEXO VII, considerados limite teto para a fase de lances e de negociação, bem como os demais critérios previstos neste Edital.
- 2.3. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias específicas de cada **MUNICÍPIO**, por ocasião da formalização da Ordem de Fornecimento.

3. PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação **EMPRESAS** do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.
- 3.2. Não será permitida a participação de empresas:
 - 3.2.1. Estrangeiras que não funcionem no País;
 - 3.2.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 3.2.3. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com a Administração Pública;
 - 3.2.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;
 - 3.2.5. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
 - 3.2.6. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. Por ocasião da fase de credenciamento, as licitantes deverão observar as seguintes disposições:

4.1.1. Quanto aos representantes:

- a) Tratando-se de Representante Legal (sócio, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular assinado pelo representante legal, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;
- c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;
- d) A licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerado para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;
- e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, **não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;**
- f) Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.
- g) Na fase de lances e de negociação do preço final será permitido o uso de celular exclusivamente para esclarecimento de caráter excepcional, devendo prevalecer os poderes outorgados ao Procurador conforme condição expressada na alínea “b” supra.

4.1.2. Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

a) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo estabelecido no ANEXO III deste Edital, que deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 01 (Proposta) e 02 (Habilitação).

4.1.3. Quanto às microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas:

a) Declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo

com o modelo estabelecido no ANEXO IV deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos Envelopes nºs 01 e 02.

5.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes **não transparentes**, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além da identificação da licitante, os seguintes dizeres:

PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
“DENOMINAÇÃO DA LICITANTE - CNPJ”

PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
“DENOMINAÇÃO DA LICITANTE - CNPJ”

6. CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

6.1. A proposta poderá ser apresentada na forma sugerida pelo ANEXO VIII, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal ou procurador, devendo conter e incluir:

6.1.1. Identificação completa da licitante (ex.: nome, endereço, fone, e-mail, e número do CNPJ).

6.1.2. Número do Pregão e do Processo.

6.1.3. Item, que deverá ser compatível com o ANEXO VII - Termo de Referência;

6.1.4. Identificação e especificação completa dos produtos ofertados.

6.1.5. Juntamente da proposta de preços, o licitante deverá anexar catálogos completos, conforme especificações do Termo de Referência, a não apresentação deste resultará na desclassificação da licitante do certame.

6.1.6. Preço unitário do item e do lote, fixo e irrevogável, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, observado o disposto no item 6.4 e alíneas a seguir.

a) Será considerada a oferta de preço com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.1.7. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura dos envelopes.

6.1.8. Declarações, que poderão ser impressas na proposta de que:

a) O produto ofertado, e que será entregue, atende integralmente às especificações exigidas no ANEXO VII - Termo de Referência;

b) o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

6.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na

apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.3. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá corresponder aos preços finais, considerados benefícios tais como isenções, imunidades ou outros de qualquer natureza;

6.3.1. Para as licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

6.4. O preço deverá ser apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas decorrentes, de tributos de qualquer natureza, frete/transporte, alimentação e hospedagem, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto da presente licitação que incluem:

- a) pagamento de todo pessoal assim como todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor;
- b) todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

6.5. Apresentada a proposta, a proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.

7. CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

7.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (conforme o caso)

- a) registro empresarial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690, de 19/07/2012²;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade não empresarial, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.1.1. não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

² Art. 27. A Cooperativa de Trabalho constituída antes da vigência desta Lei terá prazo de 12 (doze) meses, contado de sua publicação, para adequar seus estatutos às disposições nela previstas.

Art. 28. A Cooperativa de Trabalho prevista no inciso II do caput do art. 4º desta Lei constituída antes da vigência desta Lei terá prazo de 12 (doze) meses, contado de sua publicação, para assegurar aos sócios as garantias previstas nos incisos I, IV, V, VI e VII do caput do art. 7º desta Lei, conforme deliberado em Assembleia Geral.

c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
c2) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda; **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários, **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado;

d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011;

7.1.2.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preços, do contrato ou instrumento equivalente;

7.1.2.2. As microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.1.2.3. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação**, prorrogável por igual período, a critério do **CIOESTE**, mediante apresentação de justificativa pela licitante interessada, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão;

7.1.2.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista de que trata o subitem 7.1.2.3., nos termos do §4º, do artigo 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015.³

7.1.2.5. A não regularização da documentação nos prazos previstos no subitem 7.1.2.3. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao

³ Art. 4º A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

§ 1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º Para aplicação do disposto no § 1º, o prazo para regularização fiscal será contado a partir:

I - da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas sem inversão de fases; ou

II - da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nas modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas com a inversão de fases.

§ 3º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

§ 4º A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os §§ 1º e 3º.

CIOESTE convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, ou revogar a licitação, nos termos do artigo 43, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, c.c. artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.

7.1.3 QUALIFICAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente registrados no órgão competente e assinados por contador (item 2.1.4, das NBC-T-2.1, do Conselho Federal de Contabilidade)⁴;

c.1) Nos casos de empresas recém-constituídas, com tempo de atividade inferior a 01 (um) ano, a alínea “b” deverá ser substituída por balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado no órgão competente, devidamente assinado por contador e pelo titular ou representante legal da Entidade (item 2.1.4, das NBC-T-2.1, do Conselho Federal de Contabilidade)⁵;

b.2) Nos casos de sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (sociedade anônima), deverá ser apresentado através de publicação em Diário Oficial.

b.3) Para as empresas que efetuarem a escrituração digital através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (Decreto Federal nº 6.022/2007), deverão ser apresentados o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis extraídos do sistema, juntamente com o recibo de entrega e requerimento de autenticação de livro digital, nos termos da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008.

d) Apresentação dos índices econômicos e financeiros a seguir mencionados, extraídos do balanço devidamente assinado por contador e pelo titular ou representante legal da Entidade (item 2.1.4, das NBC-T-2.1, do Conselho Federal de Contabilidade)⁴:

d.1) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1,0 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c.2) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1,0 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c.3) Índice de Endividamento Geral (IEG) igual ou menor do que 0,50 (zero vírgula cinquenta), obtido através da seguinte fórmula:

⁴ 2.1.4 – O Balanço e demais Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício serão transcritos no "Diário", completando-se **com as assinaturas do Contabilista e do titular ou representante legal da Entidade**. Igual procedimento será adotado quanto às Demonstrações Contábeis elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias.

IEG = PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
ATIVO TOTAL

7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa licitante, comprovando o fornecimento de materiais equivalentes e compatíveis (similares) em percentual de no mínimo 50%⁵(cinquenta por cento) da somatória dos itens do(s) respectivo(s) lote(s) ao objeto licitado. Será aceito a comprovação de aptidão técnica dos percentuais exigidos por mais de um atestado.

7.1.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo constante do ANEXO V deste Edital.

b) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante do ANEXO VI deste Edital.

7.1.6 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

c) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo constante do ANEXO V deste Edital.

d) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante do ANEXO VI deste Edital.

7.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.2.1. Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação:

- a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.
- b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido.
- c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão.
- d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

7.2.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (cópias simples acompanhadas do documento original) no ato de processamento do Pregão, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou através de impresso informatizado obtido via Internet.

7.2.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, se outro prazo de validade não constar dos documentos.

7.2.4. TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR EM NOME DA LICITANTE, COM O NÚMERO DO CNPJ E RESPECTIVO ENDEREÇO, DEVENDO SER OBSERVADO O

⁵ **SÚMULA Nº 24** - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado. _____

SEGUINTE⁶:

- a) se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- b) se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;
- c) atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica possam ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da **matriz** ou da **filial** da empresa licitante.

7.3. O não atendimento de qualquer exigência ou condição do subitem 7.2.4. implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Não serão aceitos neste procedimento licitatório “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos”, em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

7.5. Recomenda-se que os documentos relativos à habilitação sejam apresentados, **preferencialmente sem encadernação**, em ordem sequencial, numerados e agrupados por meio de presilha de plástico (romeu e julieta), destacando-se as partes principais de cada documento, de acordo com as exigências do Edital (razão social, CNPJ, datas de vencimento, etc), a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

7.5.1. O desatendimento dessas recomendações não acarretará sanção ou inabilitação das licitantes.

8. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

8.1 No dia, horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o recebimento do credenciamento dos interessados, da Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação, bem como dos envelopes “proposta” e “habilitação”.

8.2 Serão então iniciadas as aberturas dos envelopes propostas, efetuando-se a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital, rubricando-se os conteúdos das propostas por parte de todos os presentes.

8.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) cujo preço global for simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto para parcelas unitárias da remuneração.

8.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores

⁶ Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, pag. 461 (A versão eletrônica desta obra está disponível em www.tcu.gov.br na seção Publicações institucionais)

àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços nas condições definidas na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).

No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.4.1 Para efeito de seleção será considerado o preço global.

8.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos, inferiores à proposta de menor preço, ou inferiores ao do último valor apresentado pelo próprio licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima de 0,5 (meio por cento), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro lance formulado.

8.6.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço do lote, diluído proporcionalmente entre os itens.

8.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.8 Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

8.8.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

8.8.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

8.8.2.1 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

8.8.2.2 Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido anteriormente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

8.8.2.3 No caso de empate de preços, haverá sorteio para definir a ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.

8.8.2.4 Não serão aceitos lances verbais em valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado pela Administração.

8.8.2.5 Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

8.8.3 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.8.4 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retornar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver

participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido anteriormente;

8.8.4.1 Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a outra hipótese prevista, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

8.9 Após a fase de lances, serão classificadas, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta na alínea “a” do item 8.4, deste Capítulo, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

8.10 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.11 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.11.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Setor competente, e, por analogia, pelo parágrafo 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.12 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

8.13 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

8.13.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.13.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.15 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

8.16 O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS, DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS E DA ENTREGA DE AMOSTRAS A SEREM APRESENTADOS PELA LICITANTE VENCEDORA

9.1. A licitante vencedora poderá ser convocada para apresentar ao(à) Pregoeiro(a), conforme agendamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do resultado da licitação, das 09h00 às 16h00, na sede do CIOESTE, as amostras dos itens que compõem o(s) lote(s):

a) A licitante considerada vencedora deverá encaminhar ao(à) Pregoeiro(a), na Sede do CIOESTE (endereço no rodapé), a planilha de preços unitários de cada item, compondo, ao final, o total ofertado no lance verbal.

b) Referidos preços deverão respeitar os preços unitários mesma proporção de redução alcançada entre

o valor inicial da oferta e o valor da proposta aceita.

c) O **CIOESTE** verificará em caso de solicitação a conformidade das amostras entregues pela licitante vencedora, observando-se as condições estabelecidas no ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA, ocasião em que será emitido o relatório de aprovação ou reprovação.

d) O **CIOESTE** verificará a conformidade da solução tecnológica e sua aplicabilidade apresentada pela licitante vencedora, observando-se as condições estabelecidas no ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA, ocasião em que será emitido o relatório de aprovação ou reprovação.

9.1.2. A não apresentação das amostras e solução tecnológica mencionadas no item 9.1. e seus subitens ensejará a desclassificação da **LICITANTE**.

9.1.2.1. O prazo para apresentação dos documentos, amostras e solução tecnológica mencionadas no item 9.1. e seus subitens poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo **CIOESTE**.

9.2. A não apresentação da referida planilha, ou se os preços estiverem em desacordo ou superiores aos preços médios unitários constantes do ANEXO VII (QUADRO A), ensejará a desclassificação ou inabilitação, conforme o caso, por fato superveniente.

9.3. Havendo desconformidade com o termo de referência ou ainda, a sua não apresentação, o Pregoeiro(a) deverá informar por escrito os motivos de sua não aceitação.

9.3.1. O Pregoeiro(a) para a verificação da conformidade das amostras será auxiliado pelo Comitê Avaliativo de Projetos de Educação do **CIOESTE**, conforme Portaria nº 04, de 25 de janeiro de 2023.

9.4. Havendo desconformidade, ou ainda, a não apresentação dos referidos documentos, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo-se à negociação com o proponente, através de sua convocação na imprensa oficial, para avaliação dos documentos de habilitação, bem como das exigências contidas no ato convocatório.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

10.1.1. As impugnações poderão ser protocoladas diretamente na sede do **CIOESTE**, no endereço constante do rodapé, das 09h00 às 16h00, em dias úteis ou por meio eletrônico, para o e-mail licitacao@cioeste.sp.gov.br, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a), respeitando-se o prazo legal estabelecido no subitem 10.1.

10.1.2. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do respectivo recebimento.

10.1.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração do Edital não afetar a formulação das propostas.

10.1.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

10.2. Os pedidos de esclarecimento deverão ser protocolados ou encaminhados via e-mail, licitacao@cioeste.sp.gov.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, das 09h00 às 16h00.

10.2.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) responder os questionamentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados do respectivo recebimento.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Dos atos do(a) Pregoeiro(a) cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, concedendo-se o prazo de **3 (três) dias úteis**, que começará a correr a partir do dia em que houver expediente no **CIOESTE**, para a apresentação das razões por meio de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

11.2. Os recursos mencionados no subitem 10.1. deverão ser protocolados diretamente na sede do **CIOESTE**, no endereço constante do rodapé, das 09h00 às 17h00, em dias úteis, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a).

11.3. A ausência de manifestação imediata e motivada pela licitante, logo após a declaração dos licitantes vencedores, importará na decadência do direito de recurso, acarretando a adjudicação do objeto do certame às licitantes vencedoras e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

11.4. Na hipótese de interposição recursal, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

11.5. Uma vez decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11.6. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA VALIDADE E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, a ser formalizada com observância das disposições do Instrução Normativa CIOESTE nº 004/2016, e da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.

12.2. Homologado o certame, a(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) pelo **CIOESTE**, no prazo de até 03 (três) dias úteis, para assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital (ANEXO X), onde depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de entrega, nas condições estabelecidas.

12.2.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **CIOESTE**.

12.3. O **CIOESTE** ou os **MUNICÍPIOS** não serão obrigados a contratar o objeto desta licitação, podendo licitar quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a celebrar a Ata de Registro de Preços, proceder-se-á convocação das licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do inciso XXII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

12.5. A empresa Contratada/Detentora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

13. DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços a serem registrados na Ata de Registro de Preços serão referentes ao último lance ofertado pela empresa licitante vencedora, nos moldes da legislação vigente.

13.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

13.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços e bens registrados, cabendo **CIOESTE** promover as necessárias negociações junto às fornecedoras.

13.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o **CIOESTE** deverá convocar a fornecedora, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.4.1. Frustrada a negociação, a fornecedora será liberada do compromisso assumido.

13.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a fornecedora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **CIOESTE** poderá:

a) liberar a fornecedora do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes da solicitação de execução de serviços/ entrega de produtos;

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

13.6. Não havendo êxito nas negociações, o **CIOESTE** poderá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.7. O **CIOESTE** promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a continuidade da contratação do objeto licitado.

13.8. Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo **CIOESTE**, na qualidade de órgão gerenciador, entre os municípios, entidades ou órgãos da administração pública participantes e demais participantes; de municípios, entidades ou órgãos da administração pública participantes e não participantes; ou seja, entres os próprios participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, bem como entre estes e o **CIOESTE**, quando for o caso, nos termos da Instrução Normativa **CIOESTE** nº 001/2017.

13.9. Poderá ser utilizada a Ata de Registro de Preços por qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa detentora, desde que devidamente comprovada a vantagem econômica, e observado no que couber as condições e previsões na Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 11 da Lei nº 10.520/2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.892/2013. As aquisições ou solicitações de adesões por Órgãos não participantes não poderá exceder, por órgão ou entidade, o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços desta licitação. Assim como, independentemente do número de órgão ou entidades não participantes a somatória das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Detentora da Ata terá seu registro cancelado nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirada da respectiva nota de empenho de despesa, solicitação de execução de serviços, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos a, b e d do item 14.1. caput será formalizado por despacho do CIOESTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. A contratação poderá ser formalizada através de Ordem Fornecimento, Nota de Empenho de Despesa, ou outro documento similar, nos termos da Instrução Normativa CIOESTE nº 004/2016.

15.2. Os **MUNICÍPIOS** indicarão em momento oportuno o órgão ou servidor responsável pelas tratativas com os fornecedores/detentores.

15.3. As solicitações para os fornecimentos ocorrerão de acordo com as necessidades dos **MUNICÍPIOS** e se farão por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme modelo constante do ANEXO XIII à empresa detentora da Ata de Registro de Preço, que será acompanhada da respectiva nota de empenho prévio, transmitidos por quaisquer meios de comunicação possível (fax ou e-mail). A detentora da Ata deverá, através de prévio contato com cada **MUNICÍPIO**, indicar todos os meios que possui visando dar maior rapidez aos atendimentos.

15.4. A empresa detentora do preço registrado que, convocada, recusar-se em prestar o serviço/entrega, terá seu Registro de Preços cancelado, responderá civil e criminalmente pelos agravantes ao paciente que poderão advir de sua recusa, sendo-lhe também aplicadas as sanções legais cabíveis.

15.5. Periodicamente, para atender princípio legal, cada **MUNICÍPIO poderá** e o **CIOESTE deverá** pesquisar o preço efetivamente praticado pelo mercado e, somente autorizar a contratação se constatar que o preço registrado está de acordo com o praticado pelo mercado, certificando tal condição nos autos.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

16.1. Os pagamentos serão parciais, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis indicados pelos **MUNICÍPIOS**, e efetuados em até 30 (trinta) dias após a liberação das Notas Fiscais/Faturas pelo órgão competente para tanto.

16.2. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, em nome da Contratada.

16.3. Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data do respectivo cumprimento.

16.4. As entregas deverão ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da transmissão da Ordem de Fornecimento.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os **MUNICÍPIOS** exercerão a mais ampla fiscalização da execução contratual.

17.2. A fiscalização por parte dos **MUNICÍPIOS** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da Contratada/Detentora em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

18. DAS PENALIDADES

18.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, e na Lei nº 10.520/02, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame; não mantiver a proposta; desistir da proposta, do lance ou da oferta; deixar de entregar documentação exigida para o certame; comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, poderá estar sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com os **MUNICÍPIOS**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02.

18.2.1. Além da penalidade prevista no subitem 20.2, também ensejará à licitante a cobrança por via administrativa ou judicial de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta.

18.2.1.1. Na hipótese de Sistema de Registro de Preços, o cálculo da multa de até 10% (dez por cento) de que trata o subitem 20.2.1, levará em consideração o valor do item/lote proposto, multiplicado por sua quantidade total estimada no ANEXO VII do ato convocatório.

18.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar a Ata de Registro de Preços, o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo **CIOESTE** ou pelos

MUNICÍPIOS caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

18.4. O atraso injustificado na execução contratual, ou na entrega de produtos ou serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a Contratada/Detentora, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, quando a Contratada/Detentora descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;

b) multa de 0,5% do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

c) multa de 10% sobre o valor correspondente à parcela do objeto contratual não executada, ou executada em desacordo com as especificações técnicas, para atraso superior a 10 (dez) dias, caracterizando-se inexecução parcial;

d) multa de 20% sobre o valor da obrigação não cumprida, para casos de inexecução total;

e) suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com os **MUNICÍPIOS**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos casos de reincidência em inadimplementos apenados por 3 (três) vezes no mesmo instrumento contratual ou ato jurídico análogo, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na prática de atos de natureza dolosa pela Contratada/Detentora, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

18.4.1. As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

18.5. Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelos **MUNICÍPIOS** ou **CIOESTE**, conforme o caso.

18.5.1. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou

acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

18.6. O pedido de prorrogação de prazo final dos serviços ou entrega de produto somente será apreciado e anuído pelos **MUNICÍPIOS**, se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

18.7. O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos **MUNICÍPIOS** e/ou da garantia prestada pela empresa Contratada/Detentora, quando por esta solicitado.

18.7.1. O prazo para pagamento de multas será de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação da infratora.

18.8. O pagamento das multas ou a dedução dos créditos não exime a Contratada/Detentora do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas por força do instrumento contratual.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e, desde que, não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

19.3. Todos os documentos de habilitação, cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como as propostas serão rubricados pelo(a) Pregoeiro(a) e pelas licitantes presentes que assim o desejarem.

19.4. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado.

19.4.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, com a respectiva publicação, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de **5 (cinco) dias**, findo o qual todos serão inutilizados.

19.5. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.

19.6. A Contratada/Detentora obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no objeto contratado, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

19.7. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a), com auxílio da Equipe de Apoio.

19.8. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização, com fulcro no art. 49 da Lei de Licitações.

19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

19.10. No caso da sessão do Pregão Presencial vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro (a), e serão exibidos, ainda fechados e com as rubricas aos participantes, na subseqüente sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

19.11. A Licitante/DETENTORA deverá atender e fazer cumprir, sob pena de inadimplemento contratual, todas as normas regulamentares e legais aplicáveis a atividade/fornecimento, independentemente de sua transcrição ou menção expressa no Instrumento Convocatório e seus anexos, como, por exemplo, aquelas expedidos pela ANVISA, VISA, INMETRO, ABNT, CETESB, MAPA, MS, etc., em especial as disposições da Portaria nº 2.814/GM (Gabinete Ministerial) de 29 de maio de 1998.

19.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa,

será competente o foro da Comarca de Barueri, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram o presente Edital:

- ANEXO I – TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL;**
- ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO;**
- ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**
- ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA;**
- ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO;**
- ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;**
- ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA;**
- ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**
- ANEXO X – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;**
- ANEXO XI – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO;**
- ANEXO XII – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO;**
- ANEXO XIII – INSTRUÇÃO NORMATIVA CIOESTE Nº 002/2016;**
- ANEXO XIV – INSTRUÇÃO NORMATIVA CIOESTE Nº 004/2016;**
- ANEXO XV – INSTRUÇÃO NORMATIVA CIOESTE Nº 001/2017.**

BARUERI/SP, 24 de agosto de 2023.

JOSUÉ RAMOS
Presidente do CIOESTE

ANEXO I – TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município:

Estado:

E-mail:

Telefone:

Fax:

DECLARAMOS que recebemos o Edital do **PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023**, mediante entrega de PEN DRIVE/CD/DVD, ou solicitação por meio do e-mail: administrativo@cioeste.sp.gov.br.

....., de de 2023.

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Nº do documento de identidade

OBS: Favor enviar para o e-mail: administrativo@cioeste.sp.gov.br.

ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Ao
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE
A/C: Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Presencial nº _____/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, **CRENCIA** o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, para representá-la perante o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE** no processo licitatório supra mencionado, podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

....., de de 2023.

.....
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador N° do documento de identidade

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES.**

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Ao
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE
A/C: Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Presencial nº _____/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2023.

.....
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador N° do documento de identidade

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES.**

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA,
EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Ao
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE
A/C: Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Presencial nº _____/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que é **microempresa ()**, **empresa de pequeno porte ()**, **ou cooperativa ()** (assinalar de acordo com o enquadramento); nos termos previstos nos incisos I e II, §§ 1º e 2º, bem como não possuir quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, **estando apta**, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, bem como os benefícios de tratamento diferenciado previsto na referida norma legal, em especial a participação da licitação supramencionada destinada **EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS.**

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2023.

.....
Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Nº do documento de identidade

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES.**

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR
PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Ao
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE
A/C: Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Presencial nº _____/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2023.

.....

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador N° do documento de identidade

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Ao
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE
A/C: Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Presencial nº _____/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que a inexistência de fato impeditivo quanto à habilitação para participar neste Pregão Presencial, bem como estamos cientes de que devemos declará-los quando ocorridos durante o certame.

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2023.

.....
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador N° do documento de identidade

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

1. OBJETO

REGISTO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme exigências e demais especificações contidas no Edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

O Consórcio Intermunicipal da Região Oeste de São Paulo - CIOESTE foi criado com a finalidade de estabelecer soluções regionais eficazes para questões locais, mediante o estabelecimento de uma rede de articulação e diálogo permanente, apoiando os municípios consorciados no desenvolvimento de políticas públicas que vem apresentando resultados efetivos para os seus habitantes. É composto por um grupo de 12 cidades estratégicas para o Estado de São Paulo e para o Brasil (Araçariguama, Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Roque e Vargem Grande Paulista).

A pandemia do Coronavírus impactou diretamente a vida das pessoas, em diferentes níveis. É certo, afirmar, que um dos segmentos mais afetados foi o da educação, em razão da suspensão das atividades presenciais.

Desta forma, considerando os efeitos da pandemia no ensino, faz-se necessária a busca de soluções que permitam recuperar o período de afastamento dos alunos nas atividades letivas presenciais. A recuperação do ensino pós-pandemia é de suma importância singularmente no ensino fundamental, visto que a educação básica tem menor previsão orçamentária em 11 (onze) anos, segundo dados compilados pelas consultorias de orçamento da Câmara e do Senado, além da necessidade de 76% (setenta e seis por cento), precisarem de reforço na alfabetização, aponta o Datafolha. Os estudantes nessa etapa de ensino foram fortemente impactados pelo ensino a distância, pois enfrentaram desafios na disponibilidade de uma boa conectividade e acesso a equipamentos eficientes. O reflexo é visto em dados divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), uma vez que, a porcentagem de crianças do 2º ano do ensino fundamental que até esse momento não sabem ler e escrever, dobrou entre os anos de 2019 e 2021.

Entretanto, tendo em vista o nível de abrangência e o foco de sua atuação estratégica, o CIOESTE não poderia ficar inerte diante do cenário de complexidade que estamos atravessando, transformando a crise em oportunidades, mediante a implementação de políticas eficazes e eficientes, razão pela qual, faz-se necessária uma atuação regional.

Como exposto acima, vivemos em uma região movimentada e turbulenta, com aproximadamente 3.000.000 habitantes, os quais, vivem, trabalham e estudam em diferentes municípios da região. Sendo assim, o verdadeiro desenvolvimento humano, econômico e cultural sobrevirá de uma política regional, nos quais os Municípios da região auxiliarão os alunos da rede pública de maneira uniforme, igualando-os em oportunidades e diminuindo as diferenças entre os Municípios Consorciados.

As inovações pedagógicas e didáticas são importantes para este atual estágio da educação municipal, porque têm um duplo papel, pois além de focar na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, também propõe despertar o interesse dos alunos no seu desenvolvimento escolar, ofertando práticas didáticas mais atrativas.

As tecnologias educacionais, mormente as baseadas no uso da informática nas salas de aulas, têm sido as referenciadas pelo mundo acadêmico educacional do nosso país, como ferramenta indispensável para o dia a dia das escolas, em face de seu poder de otimizar o ensino e fomentar a autonomia e o desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes. Assim sendo, a Assembleia Geral de Prefeitos do Cioeste deu ênfase ao uso das tecnologias no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental das escolas municipais. Para tanto, foi solicitada a elaboração de um projeto do uso dessas tecnologias, à luz da Resolução nº 04/2010 do Ministério da Educação, para fazer da informática e das linguagens de programação ferramentas indispensáveis para o raciocínio lógico argumentativo todas as áreas do conhecimento, perpassando o currículo da educação infantil até os anos finais do ensino fundamental.

Segundo a concepção do MEC, os projetos escolares do uso de tecnologias educacionais não devem ter o foco apenas em uma área do conhecimento, mas transitar por toda grade curricular, imprimindo sentido prático nas teorias e atividades estudadas.

Nesse sentido, e considerando os efeitos da pandemia no ensino, faz-se necessária a busca de soluções que permitam recuperar o período de afastamento dos alunos nas atividades letivas presenciais. A recuperação do ensino pós-pandemia é de suma importância singularmente no ensino fundamental, visto que a educação básica tem menor previsão orçamentária em 11 anos, segundo dados compilados pelas consultorias de orçamento da Câmara e do Senado², além da necessidade de 76% precisarem de reforço na alfabetização, aponta o Datafolha³. Os estudantes dessas etapas de ensino foram fortemente impactados pelo ensino a distância, pois foram enfrentados desafios em possuir boa conectividade e acesso a equipamentos eficientes. O reflexo de tais dificuldades é visto em dados divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)⁴, no qual a porcentagem de crianças do 2º ano do ensino fundamental que ainda não sabem ler e escrever mais do que dobrou entre os anos de 2019 e 2021.

As Secretarias Municipais de Educação dos Municípios consorciados ao CIOESTE, com o intuito de proporcionar educação e materiais de qualidade, e visando não apenas a construção do conhecimento acadêmico-pedagógico, mas também a formação cidadã, tem implementado projetos de aperfeiçoamento pedagógico. Essas iniciativas enriquecem o conhecimento dos profissionais das instituições educacionais, por meio de cursos e palestras que abrangem orientações técnicas e culturais. O objetivo é aprimorar as habilidades dos profissionais da área de educação dos municípios, com materiais adequados para os diferentes níveis de aprendizagem, e, ao mesmo tempo, compartilhar conhecimentos diversos com a comunidade por meio dos pais e/ou responsáveis.

Os municípios consorciados ao CIOESTE reconhecem que a educação desempenha um papel fundamental na transmissão e aquisição de conhecimentos, valores e habilidades, interligados a diversos aspectos da vida em sociedade. Por meio desse processo, os estudantes desenvolvem noções de liberdade, dignidade, capacidade de desenvolvimento econômico e social, além de exercerem direitos e deveres cívicos, indo além das matérias tradicionais ensinadas. A educação ultrapassa as fronteiras do ensino, pois o conhecimento adquirido na escola, seja em disciplinas específicas ou de forma interdisciplinar, acompanhará os estudantes ao longo da vida. Por esses motivos, a educação foi incluída como um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, que, no artigo 6º, estabelece: "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação (...)"

Em 2014, o Brasil estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) para a próxima década, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, com o objetivo de estabelecer diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do país. Esse plano definiu quatro grupos de metas: metas estruturantes para garantir o direito à educação básica de qualidade, promover o acesso universal à educação obrigatória e ampliar as oportunidades educacionais; metas de redução das desigualdades e valorização da diversidade; metas de valorização dos profissionais da educação; e metas relacionadas ao ensino superior.

Portanto, é essencial que o ensino público seja de qualidade, e as Secretarias de Educação devem buscar todas as formas e recursos possíveis para aprimorar os mecanismos, práticas e metodologias de educação empregadas nas escolas públicas. A aquisição de kits didáticos é uma medida necessária para melhorar a proficiência e, conseqüentemente, o desempenho dos estudantes da rede. O foco da proposta dos municípios devem ser o aprimoramento dos indicadores educacionais nos próximos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

3.ESPECIFICAÇÕES DO(S) LOTE(S):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	<p>LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL BERÇARIO Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 100 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
2	<p>LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL BERÇARIO Material do professor, referente ao item 1, contendo no mínimo 120 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem.</p>
3	<p>LIVRO DA FAMÍLIA - ENSINO INFANTIL BERÇARIO Material da família, referente ao item 1, contendo no mínimo 30 páginas. O Livro deverá ser destinado às famílias e abordar os temas trabalhados em sala de aula de forma simples e divertida, contendo tarefas para serem realizadas com a família. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras.</p>
4	<p>LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 1 Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 120 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
5	<p>LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 2 Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 120 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>

6	<p>LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 1 Material do professor, referente ao item 4, contendo no mínimo 120 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções. Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
7	<p>LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 2 Material do professor, referente ao item 5, contendo no mínimo 120 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções. Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
8	<p>LIVRO DA FAMÍLIA: ENSINO INFANTIL CRECHE I Material da família, contendo no mínimo 30 páginas. O Livro deverá ser destinado às famílias e abordar os temas trabalhados em sala de aula de forma simples e divertida, contendo tarefas para serem realizadas com a família. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
9	<p>LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL CRECHE I O livro deverá conter no mínimo 50 páginas e ser elaborado e entregue anualmente, sendo diferente para cada nível de turma. Deverá haver um portfólio, evidenciando o desenvolvimento do aluno em relação às unidades temáticas e especificidades da turma a que pertence. O caderno portfólio deve estabelecer uma relação didática com os materiais pedagógicos adotados pela rede municipal de ensino. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
10	<p>LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 1 Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 120 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
11	<p>LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 2 Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras.</p>

	<p>O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 120 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
12	<p>LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 1</p> <p>Material do professor, referente ao item 10, contendo no mínimo 120 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções.</p> <p>Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
13	<p>LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 2</p> <p>Material do professor, referente ao item 11, contendo no mínimo 120 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções.</p> <p>Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
14	<p>LIVRO DA FAMÍLIA: ENSINO INFANTIL CRECHE II.</p> <p>Material da família, contendo no mínimo 30 páginas.</p> <p>O Livro deverá ser destinado às famílias e abordar os temas trabalhados em sala de aula de forma simples e divertida, contendo tarefas para serem realizadas com a família. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
15	<p>LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL CRECHE II</p> <p>O livro deverá conter no mínimo 50 páginas e ser elaborado e entregue anualmente, sendo diferente para cada nível de turma.</p> <p>Deverá haver um portfólio, evidenciando o desenvolvimento do aluno em relação às unidades temáticas e especificidades da turma a que pertence. O caderno portfólio deve estabelecer uma relação didática com os materiais pedagógicos adotados pela rede municipal de ensino.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
16	<p>LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 1</p> <p>Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras.</p> <p>O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 200 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo</p>

	90g/m ² . A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.
17	<p>LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 2 Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 170 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
18	<p>LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 1 Material do professor, referente ao item 16, contendo no mínimo 120 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções. Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
19	<p>LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 2 Material do professor, referente ao item 17, contendo no mínimo 170 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções. Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
20	<p>LIVRO DA FAMÍLIA: ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA I Material da família, contendo no mínimo 30 páginas. O Livro deverá ser destinado às famílias e abordar os temas trabalhados em sala de aula de forma simples e divertida, contendo tarefas para serem realizadas com a família. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
21	<p>LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I O livro deverá conter no mínimo 50 páginas e ser elaborado e entregue anualmente, sendo diferente para cada nível de turma. Deverá haver um portfólio, evidenciando o desenvolvimento do aluno em relação às unidades temáticas e especificidades da turma a que pertence. O caderno portfólio deve estabelecer uma relação didática com os materiais pedagógicos adotados pela rede municipal de ensino.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>

22	<p>LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 1 Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 200 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
23	<p>LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 2 Para cada aluno deverá haver uma maleta que acomode o livro. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. O livro deverá ser entregue em uma única vez e deve conter no mínimo 200 páginas, de modo a atender a utilização durante todo o ano letivo. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
24	<p>LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 1 Material do professor, referente ao item 22, contendo no mínimo 200 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções. Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
25	<p>LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 2 Material do professor, referente ao item 23, contendo no mínimo 200 páginas, com as sequências didáticas de todas as atividades propostas do livro do aluno, incluindo as habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem. Deverá também ser fornecido acesso de mídia digital através de um ambiente virtual de aprendizagem contendo músicas infantis populares, com uma seleção de 10 a 20 canções. Ambiente Virtual: deverão ter disponíveis os ditos populares, hinos nacionais e hino do Município, parlendas, quadrinhos, trava-línguas e adivinhas. Para complementar a mídia digital, deverá ser fornecido um encarte contendo as letras das músicas, juntamente com informações sobre autoria e composição, quando disponíveis.</p>
26	<p>LIVRO DA FAMÍLIA: ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA II. Material da família, contendo no mínimo 30 páginas. O Livro deverá ser destinado às famílias e abordar os temas trabalhados em sala de aula de forma simples e divertida, contendo tarefas para serem realizadas com a família. Deverá atender as habilidades, competências, direitos de aprendizagem, assim como os eixos estruturantes para educação Infantil: As interações e Brincadeiras. Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
27	<p>LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II O livro deverá conter no mínimo 50 páginas e ser elaborado e entregue anualmente, sendo diferente para cada nível de turma.</p>

	<p>Deverá haver um portfólio, evidenciando o desenvolvimento do aluno em relação às unidades temáticas e especificidades da turma a que pertence. O caderno portfólio deve estabelecer uma relação didática com os materiais pedagógicos adotados pela rede municipal de ensino.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
28	<p>LIVRO GUIA ANUAL DA EQUIPE GESTORA: ENSINO INFANTIL</p> <p>O livro deverá ser entregue anualmente, com orientações didáticas passo a passo, experiências, intervenções práticas e interações possíveis para o primeiro ano de vida da criança, devendo conter no mínimo 170 páginas.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar a impressão do hino municipal e hino nacional brasileiro, também deverá ser personalizado com o brasão do município. Deverá apresentar preferencialmente o formato: entre 20 x 30 cm e 30 x 40 cm; miolo deverá ser impresso em cores 4x1, utilizando papel offset de no mínimo 90g/m². A capa deve ser colorida em 4x1, utilizando papel cartão de no mínimo 250g com laminação plástica ou no mínimo os critérios preestabelecidos pelas normas ABNT 14869, 12225, 6029 e demais normas pertinentes.</p>
29	<p>CONJUNTO DE CARTAZES- EDUCAÇÃO INFANTIL:</p> <p>Esses cartazes deverão ser entregues anualmente, proporcionando ao professor recursos visuais importantes para enriquecer suas atividades em sala de aula. Deverá ser fornecido um conjunto de cartazes pedagógicos para auxiliar o professor em sua prática educacional. Esses cartazes devem abranger diversos temas, como a turma de personagens do material didático, chamada, aniversariantes, ajudante do dia, medida da altura das crianças, rotina, partes do corpo, figuras geométricas, condições climáticas, hora da história com fantoches, calendário, ABC dos animais, aves e sinalizador de porta móvel.</p>
30	<p>CALENDÁRIO ESCOLAR- ENSINO INFANTIL:</p> <p>Esse calendário deverá ser entregue anualmente, proporcionando uma ferramenta visual e educativa para apoiar o trabalho com os alunos na construção de habilidades socioemocionais importantes. Deverá ser fornecido um calendário de parede no qual cada mês destacará um valor ou virtude, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento das competências emocionais exigidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).</p>
31	<p>CONJUNTO DE LETRAS DO ALFABETO- EDUCAÇÃO INFANTIL:</p> <p>Esse conjunto deverá ser entregue anualmente, fornecendo recursos visuais e educativos que promovem a aprendizagem do alfabeto e dos números de forma inclusiva, atendendo às necessidades de alunos surdos ou com deficiência auditiva. Deverá ser disponibilizado um conjunto de letras do alfabeto e algarismos ilustrados, com enfoque bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais (Libras).</p>
32	<p>DISPOSITIVO PRIMEIRA EXPERIÊNCIA À TECNOLOGIA DIGITAL COM FINALIDADE ESPECÍFICA DE APOIAR OS PROCESSOS EDUCATIVOS:</p> <p>Dispositivo com finalidade específica de apoiar os processos pedagógicos, interligados com Recursos digitais que compõem o Material didático da solução: E-books, Videoaulas, Músicas, Contos Narrados, Jogos, Primeiros Socorros em Ambiente Escolar, Livros Digitais e Comunicação Alternativa, e demais recursos abaixo descritos: Deverá permitir uma utilização mediada por instrutores com crianças do infantil e primeiros anos do fundamental e apresentar uma composição adequada que permita a interação através de uma tela sensível ao toque, portada em uma estrutura do tipo mesa para o acesso a uma ferramenta de apoio à aula que contemple minimamente conteúdos formados por objetos digitais de aprendizagem e jogos instrutivos.</p> <p>Descrição física do material: Deverá apresentar preferencialmente;</p> <p>Hardware: Estrutura formada por tampo e pés destacáveis, fabricado preferencialmente em componente polimérico de alta resistência do tipo Polietileno de Baixa Densidade ou outro compatível que apresente alta capacidade de resistência à quebra sob tensão ambiental e resistência ao impacto e estabilização à intempérie UV8. Deverá apresentar formato adequado sem cantos vivos. A fixação entre o tampo e pés deverá ocorrer através de fixadores adicionais podendo ser parafusos ou grampos, que promovam rigidez a estrutura. O tampo deverá ser adequado para acomodar de forma segura todos os componentes físicos funcionais do hardware instrutivo tais como tela de toque, unidade de processamento, interface de comunicação de dados e áudio e suporte de parede com fixação adicional através de</p>

parafusos adequados, além de apresentar orifícios adequados para refrigeração do sistema em quantidade mínima de 02 (dois) e orifícios de saídas de áudio em quantidade mínima de 02 (dois). O formato da estrutura de tampo e pés, bem como orifícios, interfaces e pontos de fixação, deverão ser protegidos e adequados para o perfil de uso do equipamento com crianças com idades a partir de 3 anos. A composição da estrutura poderá apresentar-se em cores variadas entre tampo e pés, considerando as cores básicas verde, azul, amarelo, laranja e vermelho.

Na parte superior do tampo, deverá estar embutida uma tela com definição mínima full HD, tamanho mínimo de 21 polegadas, com tecnologia IPS (In-Plane Switch), ângulo de visão entre 170° e 178°, proteção superior em material plano que cubra toda a área exposta da tela, com alto índice de transparência e resistência a fricção, batidas e pressão pertinentes ao uso normal, além de resistência a líquidos nível IP45. A tela e seus recursos complementares deverão permitir o comando através de detecção de múltiplos toques humanos e reconhecer o toque de objetos diversos que não sejam translúcidos. A tela deverá seguir padrão de furação para fixação do tipo VESA 75 mm x 75 mm (75 mm = 2.95 polegadas) ou 100 mm x 100 mm (100 mm = 3.94 polegadas) com intuito de proporcionar praticidade na manutenção corretiva e evolutiva do conjunto.

Internamente ao tampo deverá estar instalada uma unidade de processamento com processador de no mínimo 2 núcleos, memória RAM mínima de 4GB SODIMM DDR4 a 2.400 mhz ou equivalente, placa de vídeo integrada, armazenamento de dados através de disco sólido SSD com no mínimo 240GB. Esta unidade de processamento deverá utilizar sistema operacional Linux e possibilitar o acesso direto ao sistema de gestão quando o equipamento é acionado pelo botão de ligar. Deverá dispor de conexão à rede sem fio para atualizações das aplicações instaladas nesta unidade de processamento através de suporte técnico remoto.

A unidade de processamento deverá estar totalmente interna ao tampo e apresentar características mínimas como estar conjugada em gabinete próprio, utilizar conexões apropriadas e padronizadas e com dimensões máximas de 19,30 cm x 19,15 cm x 5,5 cm e peso aproximado de 660g para proporcionar praticidade na manutenção corretiva e evolutiva do conjunto. A unidade poderá estar diretamente acoplada ao display ou separada e fixada internamente ao tampo.

Na parte externa inferior do tampo deverá estar disponível uma Interface de conexões com no mínimo 02 (duas) entradas/saídas de dados e conexão de teclados e mouse através de conexão USB 2.0 ou acima, 01 (um) botão liga/desliga, 01 (um) conector de cabo de energia, 01 saída de áudio P2 (3,5 mm) para fones de ouvido.

Na parte superior do tampo, deverá haver indicativos físicos em relevo apropriados para que proporcione a orientação dos usuários e a interação com atividades sonoras e digitais que promovam a utilização do recurso com crianças com baixa ou sem visão.

O conjunto deverá disponibilizar também comunicação sem fio para espelhamento e reprodução de áudio em equipamentos externos como exemplo caixas de som e fones de ouvido equipadas com recepção de dados via bluetooth.

O sistema de áudio deverá ter qualidade estéreo com no mínimo 02 alto falantes integrados ao tampo e com capacidade mínima de 6W RMS ao total.

O conjunto deverá disponibilizar um recurso de leitura de cartões por aproximação, totalmente embarcado, embutido e com área específica e indicada na superfície do tampo, para que promova o reconhecimento de cartas ou outros objetos concretos desenvolvidos para este fim, com o objetivo de promover a interação com o conteúdo digital, explorando outros suportes com fins instrutivos, que não apenas o digital.

Além da fixação do tampo em pés para utilização deste conjunto no chão, o equipamento deverá ter preparação para utilização de suporte de parede, item acessório adquirido separadamente, fabricado em metal ou plástico de resistência compatível ao uso para fixação do tampo em parede que permita a utilização com variação de inclinação de 60°, da posição horizontal à vertical com propósito de ampliar a acessibilidade deste.

A alimentação do conjunto deverá ser realizada através de tensão de rede 110V ou 220V (bivolt automática), 10A, 60Hz.

Dimensões aproximadas do conjunto montado (Tampo e Pés): 90 cm (Largura), 65 cm (Profundidade) e 62 cm (Altura).

Sistema de Gestão de Aplicações (Operacional e Pedagógico): Recurso instalado na unidade de processamento que deverá ser acessado imediatamente ao se ligar o equipamento, todos os acessos e configurações dos recursos deverão ocorrer por esta interface, que deverá contar com no mínimo as seguintes funcionalidades:

- Organizar e disponibilizar o acesso às aplicações e recursos digitais interativos em formato de jogos instrutivos e objetos digitais de aprendizagem, como ebooks, áudios, vídeos e outros formatos de mídia digital, através de abas, ícones e janelas em modo offline que dispensem o uso de internet para funcionamento do equipamento.
- Permitir o acesso de responsáveis (instrutores), turma e usuários (estudantes) cadastrados previamente pela plataforma para acesso via web), ou em usuário padrão, sem restrição de utilização de todos os recursos do sistema.
- Restringir a instalação de recursos externos.

- Permitir a atualização de sistema e instalação de novas aplicações através de acesso internet sem fio ou pela entrada de dados USB.
- Disponibilizar pasta apropriada para armazenamento de arquivos gerados pelos usuários (estudantes), relativos a imagens de criações realizadas nas aplicações que permitem esta funcionalidade.

Plataforma para acesso via web, para sistema de gestão de acessos.

Endereço web (URL) para acesso exclusivo. Deverá permitir realizar cadastros, configurações de usuários e relatórios. Acessível através de computador ou notebook em com finalidade de permitir ou restringir o acesso aos recursos digitais interativos dos equipamentos vinculados por cadastros de instrutores, turmas e estudantes.

Recursos digitais interativos: Organizados e acessados através Sistema de Gestão de Aplicações (Operacional e Pedagógico) instalado na unidade de processamento com capacidade de interação, por meio de tela de toque formado por Blocos de Atividades e Experiências que apresentem ambientes de atividades em consonância com a BNCC, estimulando a aprendizagem de forma colaborativa, trazendo inovação e diferentes possibilidades em diversos ambientes lúdicos e interativos dentro de um mesmo espaço. Os recursos digitais deverão se apresentar em formato de jogos instrutivos e objetos digitais de aprendizagem como ebooks, áudios, vídeos e outros formatos de mídia digital, apropriados para crianças do infantil e primeiros anos do fundamental e que, por meio de um percurso instrutivo, estimulem a produção de conhecimentos, a interatividade com diversos ambientes e o desenvolvimento integral das crianças.

A composição de recursos digitais deverá disponibilizar o acesso, a um mínimo de 9 blocos de atividades que contemplem os seguintes conceitos e características:

- Alfabetização, consciência fonológica, com no mínimo, 30 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 05 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação.
- Identidade, alteridade e direitos das crianças com no mínimo, 30 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 05 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação.
- Corpo, gesto e movimento com no mínimo, 30 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 05 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação.
- Tempo, espaços, relações e números com no mínimo, 30 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 05 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação.

- Autoria e criação com no mínimo, 30 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 05 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação.
- Sustentabilidade e cidadania com no mínimo, 30 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 05 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação.
- Literatura e contação de histórias com no mínimo, 15 atividades em jogos instrutivos que contemplem uma biblioteca interativa de personagens e 15 ebooks que apresentem contação de histórias com diferentes tipos de narrativas: fábulas, lendas, poesia, biografia, narrativas visuais, parlendas, adivinhas e trava-línguas e contemple tela simultânea com tradução em libras.
- Educação socioemocional com no mínimo, 30 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 05 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação.
- Linguagem computacional com no mínimo, 15 atividades ou níveis realizáveis em jogos instrutivos com no mínimo 03 temas distintos e seus níveis correlatos, 05 ebooks relacionados ao conceito da área e os jogos instrutivos que contemple tela simultânea com tradução em libras, 01 bloco de atividades com foco em acessibilidade, através de recursos de ampliação para crianças de baixa visão e possibilidade de uso com mecanismos físicos apropriados com identificação em alto relevo para interação com atividades sonoras e digitais e 01 jogo ou aplicativo que possibilite a interação do conteúdo digital da mesa com cartões físicos através do sistema de leitura por aproximação, ou compatível, apresentarem formato adequado em tamanho proporcional à 8,5 cm x 6,5 cm, serem fabricados em material plástico resistente ao uso contínuo das crianças, apresentarem serigrafia/impressão compatível com as aplicações digitais e quantitativo adequado a proposta de sua aplicação. O item deverá ser entregue juntamente com um catálogo pedagógico para uso das atividades com descrição, objetivos pedagógicos e sequências didáticas para utilização destes, além de documentos técnicos e manual para orientação de construção, configuração, uso e conservação do sistema físico e digital, impresso em português (brasileiro), conter imagens/ilustrações, a fim de exemplificar suas funções, ser impresso em papel offset, impressão colorida (4 x 4 cores) e disponibilização de versão digital. O manual deverá conter os dados do fornecedor, tais como endereço, telefone, e-mail, sítio eletrônico, além de informações sobre a contagem do prazo de garantia e como acioná-la caso necessário.

I – ESPECIFICAÇÕES DOS RECURSOS DIGITAIS.
1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - RECURSOS TECNOLÓGICOS COMPLEMENTARES
1.1. APLICATIVO MOBILE DE PRIMEIROS SOCORROS EM AMBIENTE ESCOLAR
Aplicativo de aprendizagem para exploração de conteúdo relativos a ações de primeiros socorros no ambiente escolar.
O aplicativo deverá apresentar uma metodologia de aplicação intuitiva baseada em uma trilha de aprendizagem dinâmica. A arquitetura da solução deverá proporcionar opções de parametrização de funcionalidades e uma base de consultas que norteiam cada experimento com o objetivo ao desenvolvimento de competências específicas e habilidades a serem alcançadas de forma explícita e prática de interpretação pelo usuário.
Características Técnicas:
O aplicativo é composto por 5 áreas, onde o usuário poderá explorar, consultar ou validar seus conhecimentos sobre os conteúdos.
Os conteúdos são apresentados por meio de textos, vídeos, animações e ilustrações 2d.
O aplicativo é compatível com dispositivos mobile, tablets e smartphone, com sistema operacional Android.
Todo o acesso é offline e não depende de internet para navegação e visualização do conteúdo
Estrutura Organizacional:
A solução deverá contemplar na sua estrutura organizacional no mínimo os seguintes conteúdos:
Lei Lucas; Importância dos primeiros socorros; Quando acionar um socorrista; Procedimentos básicos; Atribuições dos socorristas; Guia; Afogamentos; Ataque por animais peçonhentos; Choques elétricos; Convulsões; Cortes e Escoriações; Dentes soltos e /ou quebrados
Desmaios
Engasgue
Febre
Fraturas
Frequência cardíaca



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Frequência respiratória
Hemorragias
Intoxicação alimentar
Massagem cardíaca
Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos – OVACE
Queimaduras
Sangramentos
Sinais Vitais
Temperatura axilar
Transporte de vítimas
Prevenir
Kit de primeiros socorros
Atenção
Pátio
Brinquedos e salas de jogos
Laboratórios, bibliotecas e salas de aula
Corredores
Escola como um todo
Emergência
Afogamentos
Ataque por animais peçonhentos



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Choques elétricos
Convulsões
Cortes e Escoriações
Dentes soltos e /ou quebrados
Desmaios
Engasgue
Febre
Fraturas
Hemorragias
Intoxicação alimentar
Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos – OVACE
Queimaduras
Telefones
Corpo de bombeiros
Polícia Militar
SAMU
Serviço único de Saúde – SUS
Violência sexual contra crianças e adolescente
Quiz
Lei Lucas
Kit de primeiros socorros



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Pátio
Brinquedos e salas de jogos
Laboratórios, bibliotecas e salas de aula
Corredores
Escola como um todo
Atenção!
Frequência cardíaca
Frequência respiratória
Temperatura axilar
Massagem cardíaca
Sangramentos
Transporte de vítimas
Cortes e escoriações
Hemorragias
1.2. APLICATIVO MOBILE PARA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA
Especificações técnicas e funcionais da aplicação
Descrição Geral Aplicação para comunicação aumentativa e alternativa para auxiliar pessoas com deficiência de fala, escrita e/ou comunicativa. Descrição Técnica mínima: - Disponível para uso em dispositivos móveis com sistema operacional Android (tablets e smartphones).

- Todo o acesso é offline e não depende de internet para navegação e visualização do conteúdo.
Funcionamento geral mínimo:
Acesso do 'Menu de categorias' -> Selecionar categoria -> direciona para 'Tela da categoria selecionada'
Tela da Categoria selecionada -> Cartão selecionado (destacado)
Narração das categorias e cartões selecionados.
Categorias similares mínimas propostas para o Recurso:
Especificação para categorias:
Separação de cada uma por cor + ícone
Durante o uso do cartão de cada categoria, manter o ícone e a cor da categoria no menu superior.
O Recurso deverá conter no mínimo os seguintes símbolos de comunicação:
Desejos
Perguntas
Interações
Sentimentos
Ações
Alimentação
Alfabeto
Figuras
Cores
Números



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Lista de símbolos de comunicação mínimos propostos, são os seguintes:
Desejos
Não quero
Quero comer
Quero ir para casa
Quero dormir
Quero fazer cocô
Quero fazer xixi
Quero esse
Quero me limpar
Quero trocar a roupa
Quero escovar os dentes
Perguntas
Onde está?
Onde vamos?
Quem é?
Que horas são?
O que está dizendo?
Qual é o seu nome?
Posso te ajudar?
O que fazer?



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

O que escutou?
Por quê?
Interações
Bom dia
Boa tarde
Boa noite
Oi
Obrigado(a)
Por nada
Com licença
Desculpa
Por favor
Sentimentos
Feliz
Triste
Cansado(a)
Bravo(a)
Com medo
Com sono
Com frio
Com dor



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Com fome
Com sede
Ações
Brincar
Dançar
Correr
Pular
Sentar
Deitar
Pintar
Desenhar
Escrever
Alimentação
Comer
Beber
Fruta
Pão
Bolo
Biscoito
Arroz
Feijão



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Água
Suco
Alfabeto
Todas as letras do alfabeto
Figuras
Círculo
Quadrado
Retângulo
Losango
Triângulo
Pentágono
Hexágono
Estrela
Linha
Cores
Preto
Branco
Azul
Vermelho
Verde

Amarelo
Laranja
Rosa
Roxo
Cinza
Números
Números de 0 a 9
Sinais (+, -, :, *, /, vírgula, ponto)
Operações (multiplicação, divisão, adição, subtração)
1.3 APLICATIVO MOBILE
O aplicativo com finalidade de fornecer às crianças da educação infantil uma plataforma interativa e estimulante para o acesso a recursos educacionais, visando promover o desenvolvimento de percepções, estímulos sensoriais e experiências sensório-motoras. O aplicativo será utilizado por alunos de 2 a 5 anos e abrangerá os campos de experiência da BNCC, incluindo "O eu, o outro e o nós", "Corpo, gestos e movimentos", "Traços, sons, cores e formas", "Escuta, fala, pensamento e imaginação" e "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações". O aplicativo deverá conter os seguintes recursos:
Jogos: jogos interativos que explorem os campos de experiência da BNCC, proporcionando experiências lúdicas e educativas que estimulem o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional das crianças.
E-books de História: e-books interativos que apresentem histórias adequadas à faixa etária, com recursos visuais, sonoros e interações que promovam a imaginação, a linguagem e o interesse pela leitura.
Músicas: recursos musicais que estimulem a percepção auditiva, o ritmo, a expressão corporal e o desenvolvimento da linguagem, proporcionando um ambiente musical agradável e educativo.

<p>Contos Narrados: contos narrados por profissionais qualificados, que envolvam as crianças em histórias cativantes, desenvolvendo habilidades de escuta, concentração, imaginação e compreensão oral.</p>
<p>Videoaulas: videoaulas voltadas para a educação infantil, com conteúdos adequados à faixa etária, que promovam o desenvolvimento de habilidades específicas, como linguagem, matemática, ciências e artes.</p>
<p>Atualizações: o aplicativo deverá ser projetado de forma a permitir a inclusão de novos conteúdos e atualizações regulares, garantindo a qualidade e relevância contínua do material disponibilizado.</p>
<p>REQUISITOS TÉCNICOS:</p>
<p>Compatibilidade: o aplicativo deverá ser compatível com os sistemas operacionais Android e iOS, funcionando corretamente em smartphones e tablets.</p>
<p>Interface Intuitiva: o aplicativo deverá possuir uma interface amigável e de fácil navegação, adequada ao público infantil, permitindo que as crianças acessem os recursos de forma autônoma.</p>
<p>Conteúdo Adequado à Faixa Etária: todos os recursos disponibilizados no aplicativo devem ser apropriados para crianças de 2 a 5 anos, considerando sua compreensão, habilidades e desenvolvimento cognitivo.</p>
<p>Estímulos Sensoriais: os recursos presentes no aplicativo devem oferecer uma diversidade de estímulos sensoriais, como cores, sons, imagens e interações, a fim de favorecer o desenvolvimento das percepções sensoriais das crianças.</p>
<p>Segurança: o aplicativo deverá garantir a segurança dos dados dos usuários, adotando medidas de proteção contra acesso não autorizado e armazenamento seguro das informações pessoais.</p>
<p>1.3.1. Aplicativo Mobile RA – REALIDADE AUMENTADA: Ferramenta digital de apoio à aula, capaz de oferecer suporte relativo à execução das aulas presenciais através da distribuição de propostas de atividades dentro da sala com apresentação de conteúdos e disponibilidade de interatividade digital com estes. As propostas de atividades deverão ser executáveis em aplicativo próprio, desenvolvido para esta função com temas relacionados aos objetos de conhecimento dos componentes curriculares através da aplicação de objetos educacionais digitais de afim de contribuir com a prática pedagógica e se apresentar em formato de realidade aumentada. As propostas devem ser elaboradas em consonância com as competências e habilidades previstas na BNCC de acordo com os campos de atuação e suas práticas de linguagem e com as unidades temáticas e os objetos de conhecimento dos componentes curriculares, objetivando o desenvolvimento cognitivo dos alunos, favorecendo o pensamento crítico, a ludicidade, a criatividade e o desenvolvimento das competências gerais 4 e 5, da BNCC que tratam da cultura digital e do letramento digital e científico, possibilitando e favorecendo o uso individual, bem</p>

como a utilização coletiva que propicia a utilização pelos professores de metodologias ativas de ensino, favorecendo o aprendizado e facilitando, por meio do trabalho em grupos desenvolvido pelos alunos o desenvolvimento das competências socioemocionais. O aplicativo RA, proporcionará a usabilidade dos recursos educacionais em realidade aumentada, deverá ser instalável em dispositivos do tipo *smartphones* e *tablets* com sistema operacional Android com características mínimas de memória RAM não inferior a 2GB, armazenamento disponível não inferior a 8GB, câmera traseira não inferior a 5.0 MP e conexão com rede internet. Tais ferramentas digitais devem favorecer e estimular a abordagem com as habilidades específicas do material didático infantil.

1.4 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

1.4.1.) Ambiente Virtual De Aprendizagem Para As Matrizes

A Contratada deverá disponibilizar, por meio de licença de uso, um ambiente de instruções gerais, composto de:

Ambiente de cadastro e gerenciamento das instituições vinculadas à matriz (município);

Geração de relatórios de usabilidade e rendimento de notas das avaliações realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem para os níveis hierárquicos: instituições, professores e alunos;

1.4.2.) Ambiente Virtual De Aprendizagem Para as Instituições:

A Contratada deverá disponibilizar, por meio de licença de uso, um ambiente de instruções gerais, composto de:

Ambiente de cadastro e gerenciamento dos perfis: administrativo (gestor), coordenador, professor, aluno e familiares/ responsáveis.

Ambiente de cadastro e gerenciamento de turmas;

Geração de relatórios de usabilidade e rendimento de notas das avaliações realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem para os níveis hierárquicos: instituições, professores e alunos;

1.4.3.) Ambiente Virtual De Aprendizagem Para O Perfil Administrador (gestor):

A Contratada deverá disponibilizar, por meio de licença de uso, um ambiente de instruções gerais, composto de:

Ambiente de cadastro e gerenciamento dos perfis: administrativo (gestor), coordenador, professor e aluno; Ambiente de cadastro e gerenciamento de turmas;

Deverá apresentar um banco de videoaulas para o aluno, disponível em ambiente específico na plataforma e que possam ser acessadas por meio de QR Codes através do aplicativo mobile; este banco deverá totalizar no mínimo 15 videoaulas, com objetos de conhecimento referentes aos capítulos dos materiais impressos do material didático infantil.
Deverá apresentar um banco de videoaulas para o professor, disponíveis em ambiente específico na plataforma e que possam ser acessadas por meio de QR Codes através do aplicativo mobile, onde serão abordados os assuntos tratados nos livros impressos, incluindo encaminhamento metodológico e estratégias didático-metodológicas que possam ser implementadas ao planejamento docente.
Deverá apresentar um banco de no mínimo 70 Objetos Educacionais Digitais (OED's) contendo jogos, canções e e-book, sendo destas, no mínimo 30 jogos, 30 Canções e 1 e-book para do material didático infantil.
Deverá apresentar aplicativo mobile do Ambiente Virtual de Aprendizagem disponível para as versões Android e IOS:
Acesso rápido aos Objetos Educacionais Digitais (OED's) via QR Codes, acessados via aplicativo mobile próprio, impressos no material didático;
Acesso a um Livro Digital do material didático infantil para coordenador, professor e aluno com ferramentas de seleção e escrita de texto, caneta e marcadores que possa ser reproduzido por projetores ou lousas digitais. Acesso rápido aos Conteúdos apresentados em formato de videoaulas para o professor e o aluno, via aplicativo mobile;
1.4.4.) Ambiente Virtual De Aprendizagem Para Coordenadores:
A Contratada deverá disponibilizar, por meio de licença de uso, um ambiente de instruções gerais, composto de:
Orientações para utilização do ambiente para cadastro e gerenciamento dos perfis: professor e aluno;
Geração de relatórios de usabilidade e rendimento de notas das avaliações realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem para os níveis hierárquicos: turmas, professores e alunos;
Sala de aula virtual para aulas ao vivo;
Banco de Conteúdo apresentado no formato de videoaulas, com no mínimo 15 videoaulas;
Banco de Objetos Educacionais Digitais (OED's): com no mínimo 70 objetos, divididos em: jogos, canções e e-book;
Acesso rápido aos Objetos Educacionais Digitais (OED's) via QR Codes, acessados via aplicativo mobile próprio, impressos no material didático;
Acesso rápido aos Conteúdos apresentados em formato de videoaulas para o professor e o aluno, via aplicativo mobile;

1.4.5.) Ambiente Virtual De Aprendizagem Para O Professor
A Contratada deverá disponibilizar, por meio de licença de uso, um ambiente de instruções gerais, composto de: Orientações para utilização do ambiente para cadastro e gerenciamento dos perfis: professor e aluno;
Geração de relatórios de usabilidade e rendimento de notas das avaliações realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem para os níveis hierárquicos: turmas e alunos;
Sala de aula virtual para aulas ao vivo;
Banco de Conteúdo apresentado no formato de videoaulas, com no mínimo 15 videoaulas;
Banco de Objetos Educacionais Digitais (OED's): com no mínimo 70 objetos, divididos em: jogos, canções e e-book;
Acesso rápido aos Objetos Educacionais Digitais (OED's) via QR Codes, acessados via aplicativo mobile próprio, impressos no material didático;
1.4.6.) Ambiente Virtual De Aprendizagem Para O Aluno
A Contratada deverá disponibilizar, por meio de licença de uso, um ambiente de instruções gerais, composto de:
Geração de relatórios rendimento individual de notas das avaliações realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
Sala de aula virtual para aulas ao vivo;
Banco de Conteúdo apresentado no formato de videoaulas, com no mínimo 15 videoaulas;
Banco de Objetos Educacionais Digitais (OED's): com no mínimo 70 objetos digitais, divididos em: jogos, canções e e-book;
Acesso rápido aos Objetos Educacionais Digitais (OED's) via QR Codes, acessados via aplicativo mobile próprio, impressos no material didático;
Acesso rápido aos Conteúdos apresentados em formato de videoaulas para o professor e o aluno, via aplicativo mobile;
Suporte técnico;
1.4.7.) ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM.
1.4.7.1.) Sobre A Usabilidade Do Ambiente Virtual
Os sistemas devem possuir interface de fácil assimilação para os usuários de todos os níveis hierárquicos (matrizes, instituições, perfil administrador, coordenador, professor e aluno) e com navegabilidade entre as telas e deverá ser obrigatoriamente ser em português.
A solução deverá permitir o acesso aos sistemas, de qualquer lugar, utilizando os recursos da internet e o uso de senhas de segurança com diferentes níveis de hierarquia;

A solução deverá permitir a inclusão dos cadastros pela Secretaria Municipal de Educação através de um painel de controle disponível para acesso via senha, sem a interferência da equipe técnica da empresa contratada.
A execução dos serviços e das atividades acima referidas deverão ser feitas diretamente pelo pessoal disponibilizado pela contratada.
1.4.7.2.) Detalhamento Das Especificações
O ambiente deve proporcionar 06 (seis) níveis de hierarquia para acesso sendo: matriz, instituição, administrativo, gestor/ coordenador, professor e aluno.
A área da Administração dos municípios consorciados (matriz) deverá gerir os acessos dos seguintes tipos de usuários: instituição, administrativo, coordenador, professor e aluno.
A área das Instituições (escolas) deverá gerir os acessos dos seguintes tipos de usuários: administrativo, coordenador, professor e aluno.
A área do perfil administrativo deverá gerir os acessos dos seguintes tipos de usuários: coordenador, professor e aluno.
A área do perfil do gestor/ coordenador deverá gerir os acessos dos seguintes tipos de usuários: professor e aluno.
Na área do Professor deverão estar disponíveis as seguintes funções:
Acesso ao Banco de Atividades completo, últimas aulas adicionadas, painel de liberação de aulas para os alunos.
Os professores poderão acessar todas as matérias e níveis disponíveis no banco de atividades independente do ano em que estiverem lecionando.
A Área do Professor deverá permitir a liberação aos alunos de sua turma das trilhas de aprendizagem personalizáveis de acordo com o interesse, para estimular o aprendizado em casa, uma vez que o aluno passará a ter acesso ao conteúdo digital ministrado de qualquer lugar usando dos atributos da internet através de seu login e senha próprios.
Poderão acessar todos os componentes curriculares e níveis disponíveis no banco de aulas independente do ano em que estiverem lecionando.
Deverá ser possível realizar um agendamento para o material criado.
Na área do Administrativo deverão estar disponíveis as seguintes funções:
Cadastro de alunos e turmas;
Cadastro de usuários de turmas, coordenadores, professores e alunos;
Geração de todos os relatórios de acessos e rendimento dos usuários;
Na área do Aluno deverão estar disponíveis as seguintes funções:

Acesso às aulas e jogos atribuídos pelos professores ou Secretaria de Educação.
Acesso às trilhas de aprendizagem personalizáveis atribuídas pelos professores ou Secretaria de Educação. Acesso às postagens realizadas pelos professores ou Secretaria de Educação.
Acesso à jogos que poderão ser atribuídos aos alunos pelos professores.
1.4.7.3.) Dos Objetos Educacionais Digitais
O aluno deverá ter acesso a videoaulas referentes a conteúdos abordados no livro, por meio de QR Codes e Ambiente Virtual de Aprendizagem. Deverá também, ter no mínimo, 30 jogos digitais por tema / eixo, que atendam ao desenvolvimento das habilidades e competências preconizadas na BNCC referentes à coleção. Os jogos digitais, organizados de forma escalonada, deverão apresentar sequência lúdica, com atividades organizadas e disponibilizadas por meio de um aplicativo próprio em plataforma, devem estar estruturados em formato HTML, compatível com diferentes navegadores e acesso em desktop e mobile (APK). Necessitará haver um e-book em que o aluno terá acesso a Objetos Educacionais Digitais – OEDs (jogos, canções e e-book) como atividades complementares.
1.4.7.4.) DEMAIS CARACTERÍSTICAS
A aplicação para dispositivos móveis deverá ser destinada, exclusivamente, aos alunos e permitirá que estes realizem todas as atividades disponíveis na aplicação web. A plataforma será disponibilizada na Apple Store para dispositivos com sistema operacional iOS 5 a partir da versão 5 e na Play Store para dispositivos Android a partir da versão 4.

4. QUANTITATIVOS

4.1 QUADRO A – QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA PARA 12 (DOZE) MESES, CONSIDERANDO TODOS OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL BERÇARIO	3600	R\$ 264,59	R\$ 952.524,00
2	LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL BERÇARIO	240	R\$ 367,66	R\$ 88.238,40
3	LIVRO DA FAMILIA - ENSINO INFANTIL BERÇARIO	3600	R\$ 106,83	R\$ 384.588,00
4	LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 1	6000	R\$ 264,59	R\$ 1.587.540,00
5	LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 2	6000	R\$ 264,59	R\$ 1.587.540,00
6	LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 1	400	R\$ 388,74	R\$ 155.496,00
7	LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 2	400	R\$ 388,74	R\$ 155.496,00
8	LIVRO DA FAMILIA: ENSINO INFANTIL CRECHE I	6000	R\$ 106,83	R\$ 640.980,00
9	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL CRECHE I	6000	R\$ 120,63	R\$ 723.780,00
10	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 1	8200	R\$ 264,59	R\$ 2.169.638,00
11	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 2	8200	R\$ 264,59	R\$ 2.169.638,00
12	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 1	546	R\$ 388,74	R\$ 212.252,04
13	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 2	546	R\$ 388,74	R\$ 212.252,04
14	LIVRO DA FAMILIA: ENSINO INFANTIL CRECHE II.	8200	R\$ 106,83	R\$ 876.006,00
15	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL CRECHE II	8200	R\$ 120,63	R\$ 989.166,00
16	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 1	9800	R\$ 377,71	R\$ 3.701.558,00
17	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 2	9800	R\$ 377,71	R\$ 3.701.558,00
18	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 1	653	R\$ 542,07	R\$ 353.971,71

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
19	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 2	653	R\$ 542,07	R\$ 353.971,71
20	LIVRO DA FAMÍLIA: ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA I	9800	R\$ 106,83	R\$ 1.046.934,00
21	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I	9800	R\$ 120,63	R\$ 1.182.174,00
22	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 1	11300	R\$ 381,46	R\$ 4.310.498,00
23	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 2	11300	R\$ 381,46	R\$ 4.310.498,00
24	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 1	753	R\$ 542,07	R\$ 408.178,71
25	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 2	753	R\$ 542,07	R\$ 408.178,71
26	LIVRO DA FAMÍLIA: ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA II.	11300	R\$ 106,83	R\$ 1.207.179,00
27	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II	11300	R\$ 120,63	R\$ 1.363.119,00
28	LIVRO GUIA ANUAL DA EQUIPE GESTORA: ENSINO INFANTIL	397	R\$ 273,27	R\$ 108.488,19
29	CONJUNTO DE CARTAZES- EDUCAÇÃO INFANTIL	4944	R\$ 187,07	R\$ 924.874,08
30	CALENDÁRIO ESCOLAR- ENSINO INFANTIL	4944	R\$ 152,21	R\$ 752.526,24
31	CONJUNTO DE LETRAS DO ALFABETO- EDUCAÇÃO INFANTIL	4944	R\$ 170,55	R\$ 843.199,20
32	DISPOSITIVO PRIMEIRA EXPERIÊNCIA À TECNOLOGIA DIGITAL COM FINALIDADE ESPECÍFICA DE APOIAR OS PROCESSOS EDUCATIVOS.	750	R\$ 29.100,00	R\$ 21.825.000,00

4.2 QUADRO B - QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA PARA 12 (DOZE) MESES CONSIDERANDO CADA MUNICÍPIO MEMBRO PARTICIPANTE

Item	Descrição	Araçariguama	Barueri	Cajamar	Carapicuíba	Cotia	Itapevi	Jandira	Osasco	Pirapora do Bom Jesus	Santana de Parnaíba	Vargem Grande Paulista	São Roque
1	LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL BERÇARIO	86	593	179	173	460	455	138	949	80	266	69	152
2	LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL BERÇARIO	2	46	9	8	44	37	9	57	2	14	5	7
3	LIVRO DA FAMILIA - ENSINO INFANTIL BERÇARIO	86	593	179	173	460	455	138	949	80	266	69	152
4	LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 1	60	1105	215	205	900	975	230	1615	50	360	115	170
5	LIVRO DO ALUNO - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 2	60	1105	215	205	900	975	230	1615	50	360	115	170
6	LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 1	22	62	40	27	51	54	8	81	22	13	14	6
7	LIVRO DO PROFESSOR - ENSINO INFANTIL CRECHE I – VOLUME 2	22	62	40	27	51	54	8	81	22	13	14	6
8	LIVRO DA FAMILIA: ENSINO INFANTIL CRECHE I.	60	1105	215	205	900	975	230	1615	50	360	115	170
9	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL CRECHE I	60	1105	215	205	900	975	230	1615	50	360	115	170

Item	Descrição	Araçariguama	Barueri	Cajamar	Carapicuíba	Cotia	Itapevi	Jandira	Osasco	Pirapora do Bom Jesus	Santana de Parnaíba	Vargem Grande Paulista	São Roque
10	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 1	304	1567	290	287	800	1245	322	1991	80	715	261	338
11	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 2	304	1567	290	287	800	1245	322	1991	80	715	261	338
12	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 1	23	75	46	29	60	64	12	101	23	48	36	29
13	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL CRECHE II – VOLUME 2	23	75	46	29	60	64	12	101	23	48	36	29
14	LIVRO DA FAMÍLIA: ENSINO INFANTIL CRECHE II.	304	1567	290	287	800	1245	322	1991	80	715	261	338
15	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL CRECHE II	304	1567	290	287	800	1245	322	1991	80	715	261	338
16	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 1	308	1929	379	369	1288	1415	414	2547	90	648	207	306
17	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 2	308	1929	379	369	1288	1415	414	2547	90	648	207	306
18	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 1	3	104	45	42	36	140	16	185	23	22	17	50

Item	Descrição	Araçariguama	Barueri	Cajamar	Carapicuíba	Cotia	Itapevi	Jandira	Osasco	Pirapora do Bom Jesus	Santana de Parnaíba	Vargem Grande Paulista	São Roque
19	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I – VOLUME 2	3	104	45	42	36	140	16	185	23	22	17	50
20	LIVRO DA FAMILIA: ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA I.	308	1929	379	369	1288	1415	414	2547	90	648	207	306
21	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA I	308	1929	379	369	1288	1415	414	2547	90	648	207	306
22	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 1	132	1991	573	551	1320	1185	506	3113	110	792	253	374
23	LIVRO DO ALUNO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 2	132	1991	573	551	1320	1185	506	3113	110	792	253	374
24	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 1	3	104	75	72	36	140	16	185	43	42	17	50
25	LIVRO DO PROFESSOR: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II – VOLUME 2	3	104	75	72	36	140	16	185	43	42	17	50
26	LIVRO DA FAMILIA: ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA II.	132	1991	573	551	1320	1185	506	3113	110	792	253	374
27	LIVRO PORTFOLIO: ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA II	132	1991	573	551	1320	1185	506	3113	110	792	253	374
28	LIVRO GUIA ANUAL DA EQUIPE GESTORA: ENSINO INFANTIL	3	44	25	22	36	70	10	135	23	12	17	30

Item	Descrição	Araçariguama	Barueri	Cajamar	Carapicuíba	Cotia	Itapevi	Jandira	Osasco	Pirapora do Bom Jesus	Santana de Parnaíba	Vargem Grande Paulista	São Roque
29	CONJUNTO DE CARTAZES-EDUCAÇÃO INFANTIL	413	554	352	346	435	453	352	619	311	381	326	202
30	CALENDÁRIO ESCOLAR-ENSINO INFANTIL:	413	554	352	346	435	453	352	619	311	381	326	202
31	CONJUNTO DE LETRAS DO ALFABETO-EDUCAÇÃO INFANTIL	413	554	352	346	435	453	352	619	311	381	326	202
32	DISPOSITIVO PRIMEIRA EXPERIÊNCIA À TECNOLOGIA DIGITAL COM FINALIDADE ESPECÍFICA DE APOIAR OS PROCESSOS EDUCATIVOS	13	244	102	96	135	153	52	319	11	81	26	38

4.3. Os quantitativos foram estabelecidos a partir de pesquisa no site do QEDU⁷, cujos dados são diretamente compilados do INEP, numa equação que teve por premissa o número de alunos matriculados e professores, observada a racionalidade da utilização dos produtos e o princípio da economicidade.

5. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

5.1. É condição básica e imprescindível que a licitante vencedora da etapa de lances apresente amostra dos materiais a serem ofertados, bem como proposta técnica detalhada.

5.2. A amostra deverá ser entregue devidamente identificada com o nº da licitação e identificação do proponente.

5.3. Será procedida a análise das amostras pela Comissão Permanente de Licitações do CIOESTE e pelo Comitê Avaliativo de Projetos Educacionais do CIOESTE, onde será verificado a qualidade e enquadramento nas exigências descritas neste Termo de Referência para classificação ou desclassificação.

5.4. A amostra ficará em posse do CIOESTE, para fins de comprovação de compatibilidade do produto fornecido no ato do recebimento.



5.5. Eventual comprovação posterior de que o objeto entregue não corresponde à amostra apresentada ensejará a rescisão do contrato e aplicação das sanções previstas no contrato oriundo da licitação, edital e Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993.

⁷ <https://qedu.org.br/>, acesso em: 18 de agosto de 2023.



ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Ao

CIOESTE – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL/NOME	
CNPJ/CPF	COD. DE ÁREA + TELEFONE: (<u> </u>)
E-MAIL	SITE
INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL
ENDEREÇO	
BAIRRO	MUNICÍPIO
CEP	UF

Servimo-nos do presente para remeter a V.sa. a **PROPOSTA COMERCIAL** abaixo-discriminada, em conformidade com o **PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023** e demais normas técnicas e legais aplicadas ao objeto pretendido.

OBJETO: REGISTO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme exigências e demais especificações contidas no Edital e seus anexos.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA/MODELO	Valor Unitário (B)	Subtotal Global (A*B)
Total Global do Lote (soma de todos os itens):						
Total Global do Lote por Extenso:		(_____)				
Validade da Proposta:		(mínimo de 60 dias) contados da sua apresentação.				

Prazo de execução: Conforme Edital

Declaro que: 1) o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Edital e respectivo Termo de Referência; 2) que o(s) preço(s) apresentado(s) contempla(m) todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas (transporte, hospedagem, visitas, etc.), seguro, frete, lucro e demais atividades mencionadas no Memorial Descritivo; 3) que recebemos todas as informações necessárias para o perfeito preenchimento e cotação do(s) preço(s) ora proposto(s), em especial, que a presente pesquisa visa instruir e orientar uma eventual contratação/aquisição, não gerando quaisquer direitos a adjudicação e/ou contratação do objeto pretendido.



Declaro por fim, que a empresa supramencionada: (___) **se enquadra**/(___) **não se enquadra**, como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (Lei Complementar nº 123/2006/Lei 11.488/2007); como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (Lei Complementar nº 123/2006/Lei 11.488/2007);

BARUERI/SP, ___ de _____ de 2023.

ANEXO IX – MINUTA
(ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO CIOESTE Nº/2023

Ref. - PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIOESTE**, pessoa jurídica de direito público, constituído como associação pública de natureza autárquica, inscrito no CNPJ nº 20.301.484/0001-16, com sede no Município de Barueri, SP, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. JOSUÉ RAMOS** (Prefeito Municipal de VARGEM GRANDE PAULISTA), doravante designado simplesmente “**CIOESTE**”, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu contrato social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e as demais normas legais aplicáveis, conforme documento de credenciamento ou procuração insertos nos autos, e as demais normas legais aplicáveis, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante as condições e cláusulas a seguir estabelecidas. A formalização da presente Ata decorre da licitação em referência, realizada pelo **CIOESTE**, nos termos do que permite o parágrafo segundo, do art. 112 da Lei 8.666/93. Vinculam-se à presente Ata, independentemente de suas transcrições totais ou parciais, o ato convocatório com seus anexos e a proposta vencedora da detentora da ata. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

DETENTORA:, possuidora do CNPJ nº, estabelecida na Rua/Avenida, no município de, Estado de Representante Legal:, RG nº e CPF nº

DADOS BANCÁRIOS DA DETENTORA: Banco, Agência nºConta Corrente nº

I - OBJETO

1.1. Consiste no registro de preços para eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL**, conforme exigências e demais especificações contidas no edital e seus anexos.

1.2. Considera-se parte integrante da presente Ata, como se nela estivessem transcritos, os seguintes documentos: a) - Edital do Pregão nº ../2023 e seus Anexos; b) - Proposta apresentada pela contratada; e c) - Ata da sessão do Pregão referido.

II - FORMA, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2.1. A entrega dos produtos registrados será efetuada de maneira parcelada, de acordo com as necessidades dos **MUNICÍPIOS**, após a prévia expedição da Ordem de Fornecimento acompanhada da nota de empenho respectiva.

2.2. A confirmação do pedido será repassada à **DETENTORA** pelos meios existentes de comunicação de forma a abreviar o feito (fax e e-mail).

2.3. Local de entrega dos produtos contratados, será aquele(s) indicado(s) pelos **MUNICÍPIOS**, quando da formalização da respectiva Ordem de Fornecimento, correndo por conta da **DETENTORA** todas as despesas pertinentes, tais como transporte, embalagens, descarga, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.3.1. As entregas deverão ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da transmissão da Ordem de Fornecimento para a **DETENTORA**.

2.4. Constatada irregularidade na entrega de produto, a **DETENTORA** se obriga em trocá-lo imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Registro de Preços, nos termos legais.

2.5. A unidade recebedora da mercadoria rejeitará no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com o Edital. Se o produto não corresponder às exigências mencionadas, será recusado/devolvido, ficando a **DETENTORA** obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

III VIGÊNCIA DA ATA, REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS E DAS ADESÕES

3.1. **O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.**

3.2. Durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d”, do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 a Prefeitura, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.4. Comprovada redução do preço praticado no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago, a **DETENTORA** será convocada pelo **CIOESTE** para a devida alteração do valor registrado.

3.5. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços o **CIOESTE/MUNICÍPIOS** não será(ão) obrigado(s) a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.6. Poderá ser utilizada a Ata de Registro de Preços por qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa detentora, desde que devidamente comprovada a vantagem econômica, e observado no que couber as condições e previsões na Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 11 da Lei nº 10.520/2022, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.892/2013. As aquisições ou solicitações de adesões por Órgãos não participantes não poderá exceder, por órgão ou entidade, o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços desta licitação. Assim como, independentemente do número de órgão ou entidades não participantes a somatória das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

IV - PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento relativo à cada parcela será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, após o recebimento definitivo do produto, vedada qualquer forma de pagamento antecipado.
- 4.2. O documento fiscal que apresentar incorreções será devolvido à **DETENTORA** e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo contido do item acima, contado da data de apresentação correta do documento fiscal.
- 4.3. O pagamento será efetuado:
- mediante crédito aberto em conta corrente em nome da **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços; ou
 - através de boleto bancário, devendo nesse caso a nota estar acompanhada do boleto bancário, **não sendo admitida cobrança pela emissão do boleto.**

V - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 5.1. Contratar com o **MUNICÍPIO**, nas condições previstas no Edital do Pregão referenciado, e o preço registrado nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.
- 5.2. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em lei Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.
- 5.2.1. A **DETENTORA** deverá atender e fazer cumprir, sob pena de inadimplemento contratual, todas as normas regulamentares e legais aplicáveis a atividade/fornecimento, independentemente de sua transcrição ou menção expressa no Instrumento Convocatório e seus anexos, como, por exemplo, aquelas expedidos pela ANVISA, VISA, INMETRO, ABNT, CETESB, MAPA, MS, etc., em especial as disposições da Portaria nº 2.814/GM (Gabinete Ministerial) de 29 de maio de 1998.
- 5.3. Manter, durante toda vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela licitação.
- 5.4. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente Registro de Preços, salvo motivo justificado e autorização expressa da Prefeitura.
- 5.5. Entregar o produto, com as especificações e qualidade compatíveis com a proposta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do pedido da parcela, acompanhado da Nota de Empenho prévio, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser justificados e apresentados dentro do prazo de vencimento, para serem submetidos à apreciação superior.
- 5.6. Encaminhar ao **CIOESTE** relatórios bimestrais registrando o consumo por **MUNICÍPIO**, quantidade e saldo de cada item.

VI - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1. Fiscalizar o recebimento do produto.
- 6.2. Comunicar a **DETENTORA**, imediatamente, por escrito preferencialmente, quando constatada qualquer irregularidade inerente ao objeto, prestando a essa todos os esclarecimentos necessários e oportunos pertinentes ao constatado.
- 6.3.** Manter no prazo, todos os compromissos financeiros assumidos com a **DETENTORA**.

VII - SANÇÕES

7.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, e na Lei nº 10.520/02, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame; não mantiver a proposta; desistir da proposta, do lance ou da oferta; deixar de entregar documentação exigida para o certame; comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, poderá estar sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com os **MUNICÍPIOS**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02.

7.2.1. Além da penalidade prevista no subitem 7.2, também ensejará à licitante a cobrança por via administrativa ou judicial de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta.

7.2.1.1. Na hipótese de Sistema de Registro de Preços, o cálculo da multa de até 10% (dez por cento) de que trata o subitem 7.2.1, levará em consideração o valor do item/lote proposto, multiplicado por sua quantidade total estimada no ANEXO VII do ato convocatório.

7.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar a Ata de Registro de Preços, o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo **CIOESTE** ou pelos **MUNICÍPIOS** caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

7.4. O atraso injustificado na execução contratual, ou na entrega de produtos, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a Contratada/Detentora, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, quando a Contratada/Detentora descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;

b) multa de 0,5% do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

c) multa de 10% sobre o valor correspondente à parcela do objeto contratual não executada, ou executada em desacordo com as especificações técnicas, para atraso superior a 10 (dez) dias, caracterizando-se inexecução parcial;

d) multa de 20% sobre o valor da obrigação não cumprida, para casos de inexecução total;

e) suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com os **MUNICÍPIOS**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos casos de reincidência em inadimplementos apenados por 3 (três) vezes no mesmo instrumento contratual ou ato jurídico análogo, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na prática de atos de natureza dolosa pela Contratada/Detentora, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

7.4.1. As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

7.5. Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelos **MUNICÍPIOS** ou **CIOESTE**, conforme o caso.

7.5.1. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

7.6. O pedido de prorrogação de prazo final dos serviços ou entrega de produto somente será apreciado e anuído pelos **MUNICÍPIOS**, se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

VIII - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES PREVISTAS PARA OS ITENS COM PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo **CIOESTE**, na qualidade de órgão gerenciador, entre os municípios, entidades ou órgãos da administração pública participantes e demais participantes; de municípios, entidades ou órgãos da administração pública participantes e não participantes; ou seja, entres os próprios participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, bem como entre estes e o **CIOESTE**, quando for o caso, nos termos da Instrução Normativa CIOESTE Nº 001/2017.

IX - DIPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica eleito o Foro de Barueri/SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

9.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02, bem como pelas Instruções Normativas CIOESTE nº 002/2016, 004/2016 e 001/2017.

9.3. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada, em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes

BARUERI/SP, de de 2023.

JOSUÉ RAMOS
Presidente do CIOESTE

.....
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador N° do documento de identidade

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

ANEXO X – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS)
PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIOESTE.

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: REGISTO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme exigências e demais especificações contidas no Edital e seus anexos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Barueri/SP, ___ de _____ de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer jurídico

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Controle Interno

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Licitação

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

**ANEXO XI – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DE
INSTRUMENTO CONTRATUAL OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO**

PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

Razão Social da empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Nome do representante legal da empresa que assinará o instrumento: _____

CPF: _____ RG: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

e-mail: _____

Dados bancários:

Nome do Banco: _____

Nº do Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

BARUERI/SP, de de 2023.

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Nº do documento de identidade

OBS: NÃO OBRIGATÓRIO – colocar no envelope de habilitação

ANEXO XII – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 0000/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CIOESTE Nº ____/____

PREGÃO PRESENCIAL CIOESTE Nº 005/2023

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2023)

OBJETO: REGISTO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme exigências e demais especificações contidas no Edital e seus anexos.

MUNICÍPIO MEMBRO PARTICIPANTE/CIOESTE

MUNICÍPIO DE:

CNPJ: **TEL: (....)** **E-MAIL:**.....

Endereço:.....

Município: **Estado:**..... **CEP:**

Detentor(a):	Constar na Nota Fiscal	
CNPJ:	e-mail:	O.F. nº 000/2023
Endereço:	Data: ____/____/____.	
	Empenho nº _____	
Município:	Estado:	ARP CIOESTE Nº ____/2023
Telefone:	FAX:	<input type="checkbox"/> ME/EPP/COOPERATIVA
Local de Entrega:		
Condições de Pagamento: em até 30 (trinta) dias, conforme EDITAL		
Prazo de Entrega: em até de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do presente.		
Aplicação (Opcional):		
Observação:		

SOLICITAMOS o fornecimento do objeto, constante da relação em anexo, cujas quantidades, prazos e padrões de qualidade deverão obedecer às exigências constantes do Edital e seus Anexos da licitação em testilha.

_____/SP, ____ de _____ DE 2023

.....
Servidor/Secretário Responsável



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CIOESTE Nº 002/2016

“REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, DESTINADA À AQUISIÇÃO DE BENS E À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS A SER EFETUADO NO ÂMBITO DO CIOESTE ”

ANTÔNIO CARLOS DE CAMARGO, Presidente do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo - CIOESTE, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de se instituir e regulamentar no âmbito do CIOESTE o Pregão Presencial;

CONSIDERANDO finalmente, o deliberado na Assembleia Geral de Prefeitos;

RESOLVE:

Artigo 1º - Esta instrução Normativa estabelece regras para a realização do procedimento da licitação na modalidade Pregão, na forma presencial, destinada à aquisição de bens e à prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

§ 1º - Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

§ 2º - Excluem-se da modalidade Pregão as contratações de obras e serviços de engenharia, bem como as locações imobiliárias e as alienações em geral.

Artigo 2º - Pregão é a modalidade de licitação, do tipo menor preço, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços comuns é feita por meio de propostas de preços escritas e lances verbais sucessivos em sessão pública.

Artigo 3º - O CIOESTE adotará, preferencialmente, a modalidade Pregão, na forma presencial, para a aquisição de bens ou a prestação de serviços comuns.

Parágrafo único - A eventual impossibilidade da adoção do Pregão deverá ser justificada nos autos do respectivo processo pela autoridade responsável para autorizar a abertura da licitação.



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Artigo 4º - Ao Pregão aplicam-se os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, e os correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade.

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Artigo 5º - Todos quantos participem do Pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento criado pela Lei Federal nº 10.520/2002, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Artigo 6º - São atribuições do Presidente do CIOESTE:

- I - autorizar a abertura da licitação, justificando a necessidade da contratação;
- II - definir o objeto do certame, de forma clara, concisa e objetiva e estabelecer:
 - a) as exigências da habilitação;
 - b) os critérios de aceitabilidade dos preços, observado o inc. X do art. 40, da Lei Federal nº 8.666/93;
 - c) as sanções por inadimplemento, previstas neste regulamento e em atos específicos dos dirigentes dos órgãos ou entidades promotores do certame;
 - d) os prazos e condições da contratação;
 - e) o prazo de validade das propostas;
 - f) a redução mínima admissível entre os lances sucessivos e o critério de encerramento da etapa de lances;
- III - fixar as condições de prestação de garantia de execução do contrato ou dispensá-la, se for o caso;
- IV - designar o Pregoeiro e os membros de sua equipe de apoio;
- V - decidir os recursos interpostos contra ato do Pregoeiro;
- VI - adjudicar o objeto da licitação quando houver recurso, após a sua decisão;



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

VII - revogar, anular ou homologar o procedimento licitatório.

Artigo 7º - Somente poderá atuar como Pregoeiro, o servidor ou empregado, ainda que cedido, que tenha realizado capacitação específica para exercer essa atribuição.

Artigo 8º - Os membros da equipe de apoio serão, preferencialmente:

a) titulares de emprego efetivo ou ocupantes de função de natureza permanente;

b) empregados públicos.

Artigo 9º - As atribuições do Pregoeiro incluem:

I - a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II - o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

III - o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

IV - a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

V - a seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incs. VIII e IX do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002;

VI - a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII - a negociação do preço com vistas à sua redução;

VIII - a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

IX - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inc. XVII do art. 12 desta Instrução Normativa;

X - a elaboração da ata da sessão pública, que conterà, sem prejuízo de outros elementos, o registro:



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

- a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;
- b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;
- c) dos lances e da classificação das ofertas;
- d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;
- e) da negociação de preço;
- f) da análise dos documentos de habilitação;
- g) da síntese das razões do licitante interessado em recorrer, se houver;

XI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII - propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Artigo 10 - A fase preparatória do Pregão será iniciada com a abertura do processo no qual constará:

- I - a deliberação de que trata o art. 6º desta Instrução Normativa;
- II - os indispensáveis elementos técnicos atinentes ao objeto licitado;
- III - a planilha de orçamento com os quantitativos e os valores unitários e total, elaborada a partir da composição de todos os custos unitários, no caso de serviços, e pesquisa de preços, no caso de compras;
- IV - o cronograma físico-financeiro, quando for o caso;
- V - o edital, nos termos do art. 11 desta Instrução Normativa;
- VI - a minuta de contrato, quando for o caso;
- VII - a indicação de disponibilidade de recursos orçamentários;
- VIII - a aprovação das minutas de edital e de contrato pela Diretoria Jurídica.



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Artigo 11 - O edital do Pregão observará, no que couber, o disposto no art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93, e conterà:

a) a descrição do objeto conforme padrões de qualidade e desempenho usuais no mercado, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

b) os critérios de seleção das propostas, nos termos estabelecidos nos incs. VIII e IX do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002;

c) a redução mínima admissível entre os lances sucessivos;

d) os critérios de encerramento da etapa de lances;

e) os critérios de aceitabilidade dos preços definidos pela autoridade competente;

f) o critério de julgamento, adotando-se o de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições necessárias;

g) as exigências de habilitação;

h) a menção de que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, por esta Instrução Normativa e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93.

§ 1º - O edital fixará prazo não inferior a 8 dias úteis para apresentação das propostas, contados da publicação do aviso.

§ 2º - Cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição dos interessados para consulta.

Artigo 12 - A fase externa do Pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará o quanto segue:

I - publicação de aviso no Diário Oficial do Estado e, preferencialmente, divulgação na Internet, quando o valor estimado para a contratação for inferior a R\$ 650.000,00;

II - publicação de aviso no Diário Oficial do Estado, divulgação preferencialmente na Internet, e publicação em jornal de grande circulação local, quando o valor estimado para a contratação for igual ou superior a R\$ 650.000,00;



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

III - do aviso constarão a descrição do objeto, a modalidade da licitação, o dia, o horário e o local da realização da sessão, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

IV - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes-propostas e dos envelopes-documentos de habilitação, devendo o interessado, por si ou por representante legal, proceder ao respectivo credenciamento, mediante documento que o habilite para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

V - aberta a sessão, serão entregues ao Pregoeiro a declaração do licitante de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação;

VI - o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, desclassificará aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital, selecionará a de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

VII - não havendo, pelo menos, 3 propostas na condição definida no inciso anterior serão selecionados os melhores preços, até o máximo de 3, e os seus autores convidados a participar da etapa de lances;

VIII - o Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

IX - os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima admitida entre eles;

X - declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

XI - considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor, sendo-lhe facultado o saneamento de falhas formais relativas à documentação na própria sessão;

XII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XIII - se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, decidirá sobre a



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação de seu autor, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor;

XIV - *a manifestação motivada da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

XV - *o acolhimento de recurso, que terá efeito suspensivo, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;*

XVI - *decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do Pregão ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;*

XVII - *a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, encaminhando o processo para homologação pela autoridade competente;*

XVIII - *homologada a licitação, inicia-se o prazo de convocação do adjudicatário para assinar o contrato, respeitado o prazo de validade de sua proposta;*

XIX - *o resultado final do Pregão será divulgado no Diário Oficial do Estado e na Internet, com indicação da modalidade, do número de ordem e da série anual, do objeto, do valor total e do licitante vencedor;*

XX - *para a celebração do contrato, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação;*

XXI - *quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, observado o disposto no § 4º deste artigo;*

XXII - *após a celebração do contrato, os envelopes-documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão à disposição para retirada.*

§ 1º - *No caso de empate de ofertas na situação referida no inc. X, deverão ser admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.*

§ 2º - *A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante dessa etapa, mantida a proposta para efeito de classificação das ofertas.*



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

§ 3º - Quando comparecer um único licitante, houver uma única proposta válida ou todos os licitantes declinarem de formular lances, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do menor preço, tendo em vista os critérios estabelecidos no edital.

§ 4º - Nas situações previstas nos §§ 2º, 3º, nos incs. X, XIII ou XXI deste artigo, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente a obtenção de melhor preço.

§ 5º - Sempre que possível a sessão será gravada por meios eletrônicos, sem prejuízo da providência estabelecida no art. 21 desta Instrução Normativa.

Artigo 13 - A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; com a declaração de que atende às normas relativas à saúde e à segurança do trabalho, no caso de serviços; com a comprovação, conforme o caso, de situação regular perante a Fazenda Estadual e, quando for o caso, a Fazenda Municipal; bem como de atendimento às exigências do edital, quando solicitado, quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira.

§ 1º - É facultado aos licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos no edital pela apresentação do registro cadastral, devendo a documentação complementar e aquelas com prazo de validade vencido ser apresentadas devidamente regularizadas e atualizadas na própria sessão, obedecidas as seguintes regras:

a) será admitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral do CIOESTE.

Artigo 14 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

§ 1º - A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de 1 (um) dia útil.

§ 2º - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Artigo 15 - Ficará impedido de licitar e contratar com CIOESTE, pelo prazo de até 5 anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que:

a) deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

b) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;*
- d) não manter a proposta, lance ou oferta;*
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;*
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato.*

Parágrafo único - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório, após ter sido garantido o exercício do direito de defesa.

Artigo 16 - *É vedada a exigência de:*

- I - garantia de proposta;*
- II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;*
- III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes ao fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.*

Artigo 17 - *Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as normas estabelecidas no art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93.*

Artigo 18 - *A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, sempre mediante ato escrito e fundamentado.*

§ 1º - *A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.*

§ 2º - *Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou anulação do procedimento licitatório, ressalvado o contratado de boa-fé que terá direito de ser ressarcido pelos encargos, devidamente comprovados, que tiver suportado para o cumprimento do contrato.*

Artigo 19 - *Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes no exercício financeiro em curso.*

Artigo 20 - *A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos no Diário Oficial do Estado e na Internet deverá ser providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data, com a*



cioeste

consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

indicação da modalidade de licitação com o número de ordem em série anual, do objeto e do valor total.

Artigo 21 - *Os atos essenciais do Pregão serão documentados ou juntados no respectivo processo, compreendendo todos aqueles praticados nas fases preparatória e externa do certame, inclusive e especialmente a ata da sessão pública subscrita pelo Pregoeiro.*

Artigo 22 - *O Pregão é regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93.*

Artigo 23 - *Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.*

Artigo 24 - *Publique-se, afixe-se e cumpra-se a presente Instrução Normativa*

BARUERI/SP, 1º de AGOSTO de 2016.

ÂNTONIO CARLOS DE CAMARGO
Presidente

Afixado no Local de Costume

no dia 01/08/2016

Publicado no Jornal Regional do dia

05/08/2016, pág. 005

INSTRUÇÃO NORMATIVA CIOESTE Nº 004/2016

“REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ARTIGO 15, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NO ARTIGO 11, DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

ANTÔNIO CARLOS DE CAMARGO, Presidente do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo - CIOESTE, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15, II, c.c. §1º do artigo 112, ambos Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 11, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de se instituir e regulamentar no âmbito do CIOESTE o Sistema de Registro de Registro de Preços – SRP;

CONSIDERANDO finalmente, o deliberado na Assembleia Geral de Prefeitos;

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do CIOESTE o Sistema de Registro de Preços - SRP, que poderá ser utilizado, nos termos e nas hipóteses desta Instrução Normativa, para proceder as contratações de obras, serviços de engenharia, serviços comuns ou as aquisições de bens.

Art. 2º. Para os efeitos desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à execução de obras, prestação de serviços de engenharia, prestação de serviços comuns e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, municípios, entidades ou órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - município, entidade ou órgão participante - município, entidade ou órgão da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

V - município, entidade ou órgão não participante - município, entidade ou órgão da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta instrução, faz adesão à ata de registro de preços.

VI - contratação exclusiva - execução de obras, prestação de serviços de engenharia, prestação de serviços comuns e aquisição de bens, em que o CIOESTE conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução centralizada de contratações exclusivas do Consórcio, visando a atender suas necessidades internas, ainda que beneficie indiretamente os municípios membros; e

VII - contratação regional - execução de obras, prestação de serviços de engenharia, prestação de serviços comuns e aquisição de bens, em que o CIOESTE conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, devidamente transferida ao consórcio por meio de programa ou projeto regional, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou entidades dos municípios membros;

VIII - município membro participante de contratação regional – município, órgão ou entidade dos municípios membros do CIOESTE, em razão de participação em programa ou projeto regional, devidamente aprovado pela Assembleia Geral de Prefeitos, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal.

Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de obras e serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de obras e serviços para atendimento a mais de um órgão, entidade ou município, ou a programas e projetos regionais de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DA INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 4º. Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços Regional - IRPR/CIOESTE, a ser operacionalizado pelo CIOESTE, preferencialmente por meio de sistema eletrônico, que poderá ser utilizado pelos municípios, órgãos ou entidades integrantes do CIOESTE, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º. A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo CIOESTE, ou nas hipóteses de contratação regional, onde o órgão ou entidade dos municípios membros do CIOESTE, em razão de participação em programa ou projeto regional, devidamente aprovado pela Assembleia Geral de Prefeitos, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal.

§ 3º. Caberá ao CIOESTE gerenciar a Intenção de Registro de Preços Regional - IRPR/CIOESTE, observando-se o seguinte:

I - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRPR/CIOESTE em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens; e

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRPR/CIOESTE.

§ 4º. Os procedimentos constantes dos incisos II e III do § 3º serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

§ 5º. Para receber informações a respeito das IRPRs/CIOESTE disponíveis, os órgãos ou entidades integrantes dos municípios membros do CIOESTE poderão encaminhar proposta de contratação regional de seu interesse e se cadastrarem em sistema eletrônico a ser oportunamente disponibilizado.

§ 6º. É facultado aos órgãos ou entidades integrantes dos municípios membros do CIOESTE, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs/CIOESTE em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

CAPÍTULO III **DAS COMPETÊNCIAS DO CIOESTE**

Art. 5º. *Caberá ao CIOESTE a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços no âmbito de suas atribuições definidas nesta Instrução Normativa, e ainda o seguinte:*

- I - registrar as intenções de registro de preços, visando contratações regionais;*
- II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;*
- III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;*
- IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado;*
- V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico, dispensado nos casos em que a contratação seja oriunda de programa ou projeto regional, previamente aprovado pela Assembleia de Prefeitos;*
- VI - realizar o procedimento licitatório;*
- VII - gerenciar a ata de registro de preços;*
- VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;*
- IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e*
- X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.*
- XI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 desta Instrução Normativa, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.*

§ 1º. *A ata de registro de preços, eventualmente disponibilizada em sítio ou sistema eletrônico, poderá ser assinada por certificação digital.*

§ 2º. O CIOESTE poderá contratar ou solicitar auxílio técnico aos órgãos ou entidades participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 6º. O órgão ou entidade participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao CIOESTE sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao CIOESTE, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços Regional, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º. Cabe ao órgão ou entidade participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações de correntes das Atas de Registro de Preços processadas pelo CIOESTE, informando as ocorrências ao consórcio.

§ 2º. No caso de contratação regional, o CIOESTE promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos ou entidades integrantes dos municípios membros do CIOESTE.

§ 3º. Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes das contratações regionais a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto regional, nos termos da legislação de cada município membro do CIOESTE.

§ 4º. Os municípios, órgãos ou entidades participantes de contratações regionais poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União ou do Estado, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços nível regional, observadas eventuais normas federais, estaduais e locais.

§ 5º. Caso o CIOESTE aceite a inclusão de novos itens, o órgão ou entidade participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.

§ 6º. Caso o CIOESTE aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão ou entidade participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 2º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

CAPÍTULO V

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 7º. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º. O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do CIOESTE e mediante despacho fundamentado de seu Presidente.

§ 2º. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 8º. O CIOESTE poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de execução, entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º. No caso de obras ou serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição da execução ou dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º. Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9º. O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo CIOESTE e órgãos ou entidades participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por municípios, órgãos ou entidades não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o CIOESTE admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII - órgãos ou entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º. O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º. Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º. O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Diretoria Jurídica do CIOESTE.

Art. 10. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO VI
DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado, oportunamente, no sítio ou sistema eletrônico do CIOESTE e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º. O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva

§ 3º. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 4º. O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterà a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VII

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 13. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 15. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo CIOESTE, município, órgão ou entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VIII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 18. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o CIOESTE poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o CIOESTE deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 20. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. *O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do CIOESTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa.*

Art. 21. *O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:*

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IX

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 22. *Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do CIOESTE.*

§ 1º. *Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o CIOESTE para manifestação sobre a possibilidade de adesão.*

§ 2º. *Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o CIOESTE e órgãos participantes.*

§ 3º. *As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o CIOESTE e órgãos ou entidades participantes.*

§ 4º. *O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para CIOESTE e órgãos ou*

entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

§ 5º. O CIOESTE somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão ou entidade integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo CIOESTE.

§ 6º. Após a autorização do CIOESTE, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º. Compete ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão CIOESTE.

§ 8º. É facultada aos órgãos ou entidades municipais ou distritais a adesão a ata de registro de preços promovida pelo CIOESTE.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. O CIOESTE poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto nesta Instrução Normativa e automatizar procedimentos de controle e atribuições do gerenciador, participantes e não participantes.

Art. 24. Até a completa informatização e adequação do sítio ou sistema eletrônico para atendimento ao disposto no § 1º do art. 5º, o CIOESTE deverá:

I - providenciar a assinatura da ata de registro de preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes; e

II - providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos e entidades participantes.

Art. 25. Até a completa informatização e adequação do sítio ou sistema eletrônico para atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput do art. 11 e no inciso II do § 2º do art. 11, a ata registrará os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços.

Art. 26. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 27. Publique-se, afixe-se e cumpra-se a presente Instrução Normativa.

BARUERI/SP, 1º de AGOSTO de 2016.



ANTÔNIO CARLOS DE CAMARGO
PRESIDENTE – CIOESTE



consórcio intermunicipal da região
oeste metropolitana de são paulo.

Afixado no Local de Costume
no dia 01/08/2016

Publicado no Jornal Regional do dia
05/08/2016, pág. 008

INSTRUÇÃO NORMATIVA CIOESTE Nº 001/2017

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES PREVISTAS PARA OS ITENS COM PREÇOS REGISTRADOS NAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ELVIS LEONARDO CEZAR, Presidente do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo - CIOESTE, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15, II, c.c. §1º do artigo 112, ambos Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 11, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de se aperfeiçoar o Sistema de Registro de Registro de Preços – SRP;

CONSIDERANDO finalmente, o deliberado na Assembleia Geral de Prefeitos;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços.

Art. 2º Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo CIOESTE, na qualidade de órgão gerenciador, entre os municípios, entidades ou órgãos da administração pública participantes e demais participantes; de municípios, entidades ou órgãos da administração pública participantes e não participantes; ou seja, entre os próprios participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, bem como entre estes e o CIOESTE, quando for o caso.

§ 1º No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos §§ 3º e 4º do art. 22 da Instrução Normativa CIOESTE Nº 004/2016.

§ 2º Para efeito do disposto no **caput**, caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

§ 3º Caso o remanejamento seja feito entre municípios, entidades ou órgãos da administração pública participantes e não participantes, ou seja distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Art. 3º A Administração poderá utilizar recursos de Tecnologia da Informação na

operacionalização do disposto nesta Instrução Normativa e automatizar procedimentos de controle e gerenciamento dos atos dos órgãos e entidades envolvidas.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 5º Publique-se, afixe-se e cumpra-se a presente Instrução Normativa.

BARUERI/SP, 19 de MAIO de 2017.

**ELVIS LEONARDO CEZAR
PRESIDENTE – CIOESTE**

Afixado no Local de Costume
no dia 19 / 05 / 2017

Publicado no Diário Oficial do dia
20 / 05 / 2017, pág. 22